



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 063

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	0703
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0710
SECRETARIA GERAL	0710

TAQUIGRAFIA

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 10 de abril de 2014

“PARA DISCUTIR SOBRE TRANSPORTE
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS”.

Presidência do Sr.
Luizinho Goebel - Deputado

O Sr. Lenilson Guedes - Mestre de Cerimônias.

(Às 09 horas e 45 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –
Senhoras e Senhores, bom dia!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento do Exmº. Sr. Deputado Estadual Luizinho Goebel, realiza audiência pública objetivando debater sobre transporte intermunicipal de passageiros. Para compor a Mesa, convidamos o Exmº. Sr. Deputado Luizinho Goebel, proponente desta audiência pública; Exmº. Sr. Deputado Ribamar Araújo; Exmº. Dr. Antonio Carlos dos Reis, Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania, representando o Governo do Estado; Sr. Maurício Olendino Santana, Presidente da

Federação das Associações dos Serviços de Transporte Público Alternativo; Dr. Gilberto Piselo, representando o Sindicato das Empresas de Transportes de Rondônia; Major PM Cristiano Lisboa, representando a Polícia Militar de Rondônia; Dr. Aparício Paixão, representando a Procuradoria Geral do Estado e o Sr. Everton Kemp, Coordenador Municipal de Transportes. Convidamos também o Sr. Francisco Ferreira, popularmente Chiquinho da SINTAX para compor a mesa.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir sobre o transporte intermunicipal de passageiros.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –
Convidamos a todos para cantarmos o hino Céus de Rondônia.

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Cumprimento os Deputados Ribamar Araújo e Epifânia Barbosa, agradeço pela presença. Quero dizer que todos os gabinetes parlamentares foram comunicados em especial. Então agradecemos a presença dos Deputados, Ribamar Araújo e Epifânia Barbosa. Cumprimento também o Dr. Antonio Carlos dos Reis, Secretário de Estado de Segurança Pública, que neste ato representa o Governador Confúcio Moura, o Governo do Estado de Rondônia. Cumprimento o Sr. Maurício Santana que é o Presidente da Federação dos Serviços de Transportes Públicos Alternativo do Estado de Rondônia – FETARON; Dr. Gilberto Piselo que representa o Sindicato das Empresas de Transportes do Estado de Rondônia; Major Lisboa que representa a nossa honrosa Polícia Militar do Estado, mas também responsável por todo policiamento de trânsito do nosso Estado, bem-vindo; Dr. Aparício Paixão, representando a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia; Dr. Everton Kemp, Coordenador Municipal de Transportes, e que também representa a Prefeitura Municipal de Porto Velho neste ato; Sr. Francisco Ferreira, Presidente do Sindicato dos Taxistas. Cumprimento cada um de vocês que se fazem presentes nesta manhã.

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Rôbson Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Para mim, hoje, é um dia muito especial porque nós estamos tratando aqui, acima de tudo, de um trabalho que é voltado para a população do nosso Estado, principalmente para aquelas pessoas que estão mais distantes, as pessoas que dependem muito do trabalho prestado pelos nossos taxistas. Quero cumprimentar a cada taxistas que veio de seus municípios, temos praticamente os 52 municípios do nosso Estado aqui representados, e numa conversa que nós tivemos com o Presidente da FETARON, o Maurício, mostrando de qual é a forma que nós trabalharíamos essa audiência pública. E eu disse que aqui nós não estamos pra fazer politicagem, mas nós estamos para resolver uma demanda, entrar em consenso com outros interesses que também tem de outras categorias de transportes, porque afinal de contas o objetivo aqui é darmos condições para que essas pessoas, para que os taxistas que estão prestando esse serviço preste o serviço de uma forma regulamentada, dentro de uma lei. Por outro lado, queremos também assegurar o direito de terceiros que também tem, com certeza, os seus interesses. Nós avançamos nessa conversação, por diversas vezes sentamos numa banca de negociação com o Governo do Estado de Rondônia, e agora nós estamos entrando em um momento eleitoral, portanto precisamos avançar nessa discussão para que dentro do período que a justiça eleitoral nos permite nós possamos também tomar as medidas necessárias para esta ação. Então, quero devolver a palavra ao nosso Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Deputado Luizinho Goebel, registramos as presenças do Exmº. Sr. Deputado Maurão de Carvalho, Vice-Presidente da Assembleia, da Exmª. Sra. Deputada Epifânia Barbosa, e a justificativa; temos aqui a justificativa do Exmº. Sr. Senador Ivo Cassol: “Impossibilitado de comparecer a Audiência Pública sobre transporte intermunicipal de passageiros devido a extensa agenda na capital federal, agradeço o convite e parabeno o nobre Deputado Luizinho Goebel pela iniciativa. Senador Ivo Cassol”.

“Sr. Deputado, com os nossos cumprimentos agradecemos o convite para audiência pública que discutirá sobre transporte intermunicipal de passageiros, no dia 10, no Plenário das Deliberações dessa Casa de Leis, justificamos a impossibilidade do comparecimento de representante desta pasta devido os compromissos anteriormente agendados, e parabenizamos o proponente Deputado Luizinho Goebel e essa Assembleia pela iniciativa e discussão do tema. Marinete Sena Assunção – Secretária de Estado da Educação”.

“Audiência Pública, a pedido do Deputado Federal Carlos Magnos do PP/RO. Agradeço a gentileza do envio do convite para participar da Audiência Pública a realiza-se no próximo dia 10/04 nesta egrégia Casa. Em virtude da cirurgia, que o nobre Parlamentar se submeteu nesta terça-feira, infelizmente, ele não poderá estar presente. No entanto o seu Assessor especial Dr. Caetano Vendimiatti Neto, irá representá-lo durante a realização da Audiência. Grata pela gentileza da compreensão, desejo sucesso ao evento. Marni Santos, Secretária particular do Deputado”.

Ao Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia.

“Excelentíssimo Senhor Presidente, honra-nos cumprimentá-lo e, na oportunidade, acusamos o recebimento do convite datado de 07/04/2014, o qual convida para participar de Audiência Pública, objetivando discutir sobre transporte intermunicipal de passageiros. Nesse sentido, ao tempo que agradecemos o honroso convite, informamos que a Matéria a ser tratada na referida audiência não é afeta a este Departamento de trânsito. Antônio Manoel Rebello Chagas, Diretor Geral Adjunto do DETRAN”.

Registramos ainda a presença da Doutora Soraia Souza, representando a OAB, ela é Membro da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. Senhor José Rezende, Assessor da Presidência do Sindicato dos Taxistas SINTAX/Porto Velho; senhor João Roberto Soares, Assessor do Sindicato dos Taxistas – SINTAX; senhor Carlos Aparecido, Presidente da Associação dos Taxistas de Vilhena – ASTAVIR; senhor Francisco Nogueira Oliveira, Presidente da Associação dos Taxistas de Campo Novo - ATCNR; senhora Eliane Alves, Representante da Federação das Associações dos Serviços de Transporte Públicos Alternativos Intermunicipais de Passageiros do Estado - FETARON; Capitão da Aeronáutica Clodoaldo Francisco de Souza, representando a Base Área de Porto Velho; senhor Elson Gomes, Presidente da Associação Líder Taxi de Jaru; senhor Carlos Aparecido, Presidente da Associação dos Taxistas de Ouro Preto e Região; senhor Vivaldo Ferreira, da Associação dos Taxistas de Ouro Preto e Região; senhor Francisco Sales de Souza, Presidente da Associação dos Taxistas da Rodoviária de Porto Velho; senhor João Batista Soares, Presidente da Associação de Taxista de Alta Floresta; senhor Ademir Bussolari, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte; senhor Jorge Antônio do Nascimento, Presidente da Associação dos Taxistas de Itapuã do Oeste; senhores integrantes da FETARON; senhores Taxistas; senhoras e senhores que nos honram com suas presenças, muito obrigado por estarem conosco nesta Audiência Pública.

Feito o registro Senhor Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedemos a palavra ao Senhor Francisco Ferreira, Presidente do SINTAX Sindicato dos Taxistas.

O SR. FRANCISCO FERREIRA – Bom dia, senhores, bom dia, senhoras presente.

Quero registrar em nome do companheiro Osni, companheiro Pedrinho de Ariquemes, companheiro Sales da Associação de Porto Velho. Agradecer a presença também do senhor Wellington Passos de Melo; do Senhor Francisco Araújo, Diretores do SINTAX, também dos Assessores do Sindicato, Senhor José Rezende e Doutor João. Queria agradecer a Mesa em nome do Deputado Luizinho Goebel, o Deputado Ribamar Araújo, Deputada Epifânia Barbosa e Deputado Maurão de Carvalho.

Senhor, Deputado Luizinho Goebel, hoje o taxista do Estado de Rondônia agradece essa iniciativa de Vossa Senhoria no sentido de fazer, buscar alternativa para que esses nossos trabalhadores que trabalham que labutam em busca de

benefícios, e buscam da sua alimentação que trabalham de uma forma justa e correta.

Nós estamos vivendo no século XXI na época da tecnologia, da internet e ainda vimos trabalhadores igualmente a essa categoria, de certa forma não sendo reconhecida. Esses companheiros são regidos pela força de alguns presidentes de associações que aqui estão, que lutam, que brigam muitas vezes, sem condições, sem posse nenhuma, mas está buscando alternativa para os nossos trabalhadores. Eu quero também neste momento agradecer a importância da FETARON nesse trabalho de regularização da nossa profissão, em nome do companheiro Mauricio, Presidente e do companheiro Carlos, que o SINTAX, está aqui no sentido de apoiar, de dar todo o apoio, porque nós conhecemos e sabemos o sofrimento do dia a dia dos nossos trabalhadores, não é justo senhores Deputados, senhoras e senhores, um taxista que compra um carro no plano taxi, leis que são regidas no ato federal e de repente ter o seu trabalho ameaçado. Companheiros taxista, não são bandidos, taxista é trabalhador, taxista é um dos desbravador deste Estado, portanto ele merece trabalhar como qualquer outra categoria trabalha, dentro da legalidade. O que nós estamos querendo aqui é exatamente isso, que as cabeças pensantes deste Estado, deste município, os nossos Deputados, olhem para nós e que vejam uma alternativa para que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Chiquinho. Com a palavra o Everton Kemp, Coordenador Municipal de Transporte.

O SR. EVERTON KEMP – Quero cumprimentar toda a Mesa em nome do Secretário Municipal de Transporte Coronel Gutemberg, o qual estou representando aqui; gostaria de cumprimentar também todos os taxistas presentes em nome do Filho; cumprimentar o seu Francisco, o Presidente do SINTAX, em nome do Sales, taxista da Associação da Rodoviária.

Senhor Deputado, sobre essa Lei, ela foi criada em 2010 e até hoje nós não conseguimos regulamentar ela. Hoje os taxistas tem a concessão municipal para fazer esse transporte dentro do município, quando ele sai do município dele para ir para outro, ele já fica na ilegalidade. Então a necessidade urgente de nós regulamentarmos essa Lei para podermos cumprir e sair da ilegalidade, isso é muito importante e tem que ser urgente. É o que eu tenho para falar a todos os taxistas e encerro as minhas palavras.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Agradeço ao senhor Everton.

Concedo a palavra ao doutor Gilberto Piselo, representando o Sindicato das Empresas de Transporte de Rondônia.

O SR. GILBERTO PISELO – Bom dia a todos.

Senhor Presidente, Deputado Luizinho Goebel, peço licença para ao cumprimentá-lo estender os cumprimentos a

todos os Parlamentares desta Casa a guisa de ganhar tempo nesse importante acontecimento. Demais autoridades que já foram nominadas, os cumprimento na pessoa da advogada que representa a OAB corporação da qual eu sempre fiz parte desde que aqui cheguei. Eu quero ser de certa forma objetivo para tentar trazer aqui alguma contribuição.

Quero antes de mais nada permitir que me apresentem porque sendo advogado a gente não consegue falar sem invocar um viés jurídico das nossas conversas. Quero dizer que eu não estou aqui neste momento defendendo interesse das empresas de ônibus e nem tão pouco daquelas a quem eu advogo particularmente.

A minha estada aqui por se tratar de uma Audiência Pública, ao dela tomar conhecimento me inspirei aqui estar a guisa de fazer alguns comentários que eu considero pertinente para reflexão deste momento de aqui está falando. E eu começo só fazendo uma observação; nós estamos tratando de transporte intermunicipal de passageiros, cujo o poder concedente é o DER, em que pese o Estado está aqui bem representado, eu não sei se o que vou indagar ao mesmo tempo ponderar não desmereceria presente também o Diretor do DER aqui. Mas se tratando, nós estamos falando de duas coisas que coexistem harmonicamente. O importante papel de taxis e o importante papel do transporte coletivo. Taxis por definição que não é minha, certamente também não é desta Casa, é definido por Lei, em especial numa Lei posterior a esta Lei que foi mencionada aqui do Estado de Rondônia. Ela é de 2012 com regulamentação de 2013, e é definido por lei como: serviço de utilidade pública e não serviço público, de utilidade pública de caráter individual, ou seja, os taxis coexistem em cada município abastecendo os serviços intermunicipais de transporte coletivo. Portanto, eu não estou aqui a desmerecer os serviços de taxistas que eu considero uma profissão tão nobre quanto outras tantas que são feitas. Sei que são serviços realizados por pais de famílias, assim como todos os outros também, os empregados em ônibus e da Assembleia Legislativa, em outras entidades também o são. Então, quem definiu que o serviço de transporte coletivo seria feito por empresas, foi a lei, não fomos nós. Há que se indagar: o Estado quer abrir mão do serviço de transporte coletivo que é dele? Porque o serviço de transporte coletivo não é das empresas, nem dos taxistas, nem de ninguém, é do Estado. O Estado é o titular por definição de Lei. Então, o Estado, foi feito dessa forma pelo Poder Legislativo por conta da modalidade do serviço da forma de regulação, da necessidade de escolha equilibrada, da segurança em caso da proteção ao usuário. Então, a discussão que eu busco a refletir, é o interesse do público, não da categoria de taxis que estão hoje exercendo um serviço não amparado pela Lei e, portanto, ilegal. Não estou aqui criticando e nem defendendo e também não estou aqui a guisa de defender o serviço da empresa, mas a reflexão do serviço público que tem arrecadação, que tem conceitos que fazem disso um serviço público, por isso que é um serviço público. Na medida que nós estivermos falando em criar um outro serviço, nós estamos pensando em modificar a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Essa Lei de 2012 veio justamente para definir o que é o serviço de taxis. Então, veja, se nós vamos desregulamentar para que o Estado abra mão desse serviço, primeiro tem que o Estado dizer: eu quero

fazer isso, eu quero abrir mão do meu serviço e mudar. Aí, a legislação vai mudar, paciência, nós vamos obedecer a legislação, mas hoje não é isso que está dito por regras como eu disse na minha fala inicial. O momento Senhor Deputado, como Vossa Excelência disse que não quer fazer politicagem, como todo o respeito, o ano eleitoral é o pior ano que tem para se discutir esse tipo de assunto, todas as Leis anteriores foram feitas no ano eleitoral, que trata desse assunto e acaba sendo açodada pela evidente pressão de interesses de categorias. É óbvio, se nós estivéssemos aqui falando que vamos defender os interesses das empresas, nós estaríamos cheios de empresas ou empresários aqui, porque com todo o respeito, não foram convidados, e nós estamos falando de serviço intermunicipal, daí, não foi convidado formalmente, aqui é público, eu tomei conhecimento e aqui estou. Então, nós estamos falando em alijar os taxistas, não é isso? eu fiz uma comparação, que me desculpem, que vou fazê-la, fazer essa menção porque ela de certa forma é chula; quem já pegou bicho de pé sabe que no começo ele dar uma coceirinha gostosa e a gente aceita ele ali. Possivelmente ele começa a crescer de tal forma que ele é prejudicial à saúde, e para tirar temos que fazer um baita de um buraco.

Os serviços ilegais ou fora do serviço regulamentado, quando ele não é fiscalizado, ele vai crescendo e se torna um problema entre os próprios taxistas, quem é que pode fazer o serviço intermunicipal? digamos que resolvemos outorgar o serviço intermunicipal para taxistas, quem é que pode fazer? Um, dois, dez, trezentos, quinhentos, seiscentos, mil, não, chegamos a conclusão como até já fizemos várias reuniões com a presença dessas pessoas, várias delas que aqui estão, também o Presidente do SINDTAXIS, e nós perguntamos: tá bom, chegou-se a conclusão que nós temos que regulamentar. Regulamentar, significa respeitar o regulamento. Quem vai fiscalizar? Alguém disse: não, nós mesmos conseguimos fiscalizar os próprios taxistas. Me desculpem, isso é mesmo que falar, dar o galinheiro para a raposa tomar conta. Eu vou fiscalizar o quê? Então tá, vamos fazer um número aqui aleatório. 50 taxis, chegamos a conclusão por estudos técnicos que isso não pode ser aleatório, precisa respeitar um estudo técnico, tem que ser feito um estudo técnico de viabilidade. 50 taxis, aqui em Porto Velho, e parece que já temos 200, segundo me disseram, 128. Obrigado pela informação precisa, são 128, chegamos a conclusão que 100 de Porto Velho, e quem são os 28 que vão parar espontaneamente? ergue a mão aí quem é, que eu não vou fazer o serviço. Quem vai tirar essa pessoa? Porque que não pode ir outro. Também na ilegalidade de vir aqui solicitar uma Audiência Pública para aumentar o número. Como é que nós vamos fazer essa regulamentação? Nós temos uma realidade que é o serviço que vem sendo prestado paralelamente, é verdade, já dar sinais de problemas. Hoje, ele é regulamentado na base do quê? Com todo o respeito, da intimidação e da auto tutela. Essa auto tutela, assegura que nasceu lá na idade da pedra; quem pode mais chora menos, na porrada, com perdão da expressão. É assim que o serviço está sendo feito hoje. Tem o taxista que se acha no direito de fazer, como é que é feito? Ele é intimidado. Nós não estamos falando em capacidade de auto tutela, se nós formos a tanto, nós vamos chegar ao absurdo como também está acontecendo

em cidades de grades centros, das milícias que são instaladas, elas estão a margem da Lei. Nós podemos regulamentar as milícias e autorizar policiais administrativas ou policiais privadas para poder começar a exercer o papel e recebe dinheiro e casas para oferecer segurança. Então, são reflexões que precisam ser feitas com responsabilidade. Uma coisa é eu jogar para plateia, falar para os taxistas: Ó, beleza, vamos lá regulamentar, vamos sim, precisa regulamentar, vamos fazer. E outra coisa é eu encarar com responsabilidade o serviço público da forma como ele é, o serviço público não fui eu que inventei, ele é um serviço de natureza pública porque ele precisa ser regulado, regulamentado, fiscalizado, se não for fiscalizado não adianta nada. Alguém falou assim para mim: ah, as empresas que hoje estão operando aí, estão operando sem licitação. Mentira, tem origem para poder está operando. Mas, se ela não for fiscalizada e elas são, daqui uns dias vão virar uma bagunça total e vai ser difícil fiscalizar. A nova licitação, nova licitação para um serviço paralelo que existe, nenhuma empresa conseguiria sobreviver se não houvesse uma fiscalização. Então, são várias questões senhoras e senhores que eu não estou aqui... estou falando de coração aberto da responsabilidade que eu acho que é preciso ter de uma maneira técnica efetivamente, olhar a possibilidade dessa coexistência de uma maneira, eu não sei se o regulamento da Casa permite o aparte, mas, eu não sei se também... me perdoe porque não me foi estabelecido um tempo, eu costumo ser objetivo, mas eu estou tentando não repetir os assuntos para ser o mais, me filiar num ponto para eu fechar. Então, me desculpe, depois se o senhor quiser fazer qualquer tipo de pergunta eu ficarei feliz se acaso me permitir de me pronunciar sem problema nenhum. Então eu só gostaria que houvesse uma reflexão dessa natureza, porque depois que a gente começar avançar em determinadas questões a gente não consegue ter o domínio delas, e é isso. Hoje as empresas, obviamente reduziram seus ônibus, porque tem uma demanda concorrente de taxis, onde não tem ônibus é porque não consegue, não tem gente para colocar dentro dos ônibus. E assim vai acontecer, o dia que mais taxistas e outras pessoas quiserem. O último assunto que eu queria dizer e por causa da interrupção eu voltei. A lei 2010 não consegui, eu vou dizer essa expressão. O Doutor Aparício aqui está e poderá me corrigir, não conseguiu ser regulamentada, porque ela é um tiro no pé para os próprios taxistas, entendam, essa lei falou em serviço alternativo, em momento algum falou em taxi e nem pode, ela só pode ser feita por meio de licitação. Quando a gente tratar de serviço público, ela só pode ser feita por licitação e ode ser para qualquer um, é um novo serviço, não é para os taxistas que estão operando, enxerguem isso, além de ter um número limitativo ela não é para regularizar a situação dos taxistas que hoje buscam aqui uma situação diferenciada e particular e privada, por isso que ela não conseguiu ser regulamentada. E confesso, não sou o dono da verdade, mas eu, particularmente sei, que ela não resiste a uma análise do ponto de vista da constitucionalidade, mas isso é um problema para o Judiciário, lá eu discutiria isso com mais facilidade. Aqui, pra efeito de Audiência Pública, penso, esqueça o endereço que vocês não vão ter como esquecer o interesse particular, mas nós estamos aqui tratando de interesse público, em primeiro

lugar o público, esse é que precisa ser olhado, ser visto, ser servido. E, aí, o serviço particular é feito por delegação do Estado, que vai ter que ser por licitação, e não para aqueles que aí estão, porque estes que aí estão, estão com o serviço individual autorizado por lei para fazer dentro dos municípios. Peço desculpas se me excedi, se me alonguei, mas coloco-me a disposição, a gente está atuando nesta questão de Direito de Transportes desde 1984, quando eu aqui cheguei em Rondônia, e a gente vem acompanhando paulatinamente, e acompanha no Brasil inteiro. E nos lugares que a gente tem estado e visitado, pesquisado, não existe, nenhum deles, igual ao que está acontecendo em Rondônia, que é exclusivamente a falta de fiscalização, que acaba gerando o quê? Falta de evasão de Receita do Estado de acordo com o que a lei prevê e que o estado precisa dizer: Não eu não quero esta Receita, quero continuar não tendo esta Receita ou quero esta Receita. E, aí, eu vou trabalhar a forma de obter. Eu penso que esta é a reflexão que em primeiro lugar precisa de ser feita, e eu faço esta invocação a esta Casa para que tenha, que continue com esse senso de responsabilidade que sempre teve, considere importante a iniciativa dessas discussões, sim, sempre serão e eu sempre estarei a disposição para participar delas, porque eu considero útil para a sociedade.

Obrigado pela deferência do tempo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Agradeço o Doutor Gilberto. E nós vamos ouvir mais alguns membros aqui da Mesa, logo após a palavra estará franqueada aos participantes, e depois, também, vai ter o debate, perguntas e respostas. É exatamente por isso a Audiência Pública, exatamente para debatermos e qualquer dúvida que pairar então vamos fazer de tudo para esclarecer aqui, tá, Doutor Gilberto? E agradecemos o senhor por se colocar a disposição, até pelo conhecimento jurídico que o senhor tem.

Então, com a palavra o Doutor Aparício Paixão, representando a Procuradoria Geral do Estado.

O SR. APARÍCIO PAIXÃO – Bom dia, senhoras e senhores. Quero cumprimentar o Deputado Luizinho Goebel, parabenizá-lo por essa iniciativa. Eu acho que já tem algum um tempo ouvindo essa reclamação dos profissionais de taxi. E quando passei aqui na Assembleia sempre tive essa sensibilidade de observar o Deputado atento às demandas sociais. Parabéns, Deputado, por essa iniciativa. É com muita alegria que eu volto aqui, sinto-me muito feliz de vir à Assembleia que é uma Casa onde aprendi muito, aprendi a ter humildade, aprendi a olhar com outros olhos os anseios da sociedade. Antigamente a PGE tinha outra visão da Casa Assembleia Legislativa, hoje sabemos porque o nome é Casa do Povo. Parabéns, Deputado. Cumprimento o Deputado Ribamar Araújo; o nosso Secretário de Segurança Pública, Doutor Reis; em nome dele estendo aos demais membros da Mesa meus cumprimentos; em nome do meu amigo Chiquinho e do Sales quero cumprimentar os profissionais de taxis de Porto Velho; em nome do amigo Maurício cumprimento os profissionais do interior; cumprimento também os servidores da Casa com os quais eu tive contato durante quatro anos e pude aprender muito com eles e demais senhoras e senhores.

Na verdade estamos observando que existe um movimento social, e este movimento faz parte do contexto jurídico, é assim que a sociedade anda. Primeiro, você tem um fato social, depois você regulamenta esse fato social para que possa produzir efeitos, direitos e garantias. E a gente entende que o discurso do Doutor Gilberto Piselo é muito importante para nós. Não quero criar um embate jurídico, porque como disse o Doutor Piselo, eu acho que o campo ou o local próprio para debater sobre esse assunto é o Poder Judiciário, mas eu não posso concordar Doutor Gilberto, que eles estejam na ilegalidade, pois, existe uma Lei e essa Lei foi promulgada, foi publicada pela Assembleia Legislativa e não existe nenhum comando constitucional contrário a essa Lei. Portanto, não existe ilegalidade, depois que o Poder Judiciário se manifestar dizendo que existe ilegalidade, aí, sim, no meu ponto de vista como Procurador do Estado... E no mais, tentando ser o mais breve possível, o mais simples e singelo, quero dizer Deputado, que está de parabéns por sua atitude. O Direito não nasce pronto. Se tivesse uma fórmula para termos o Direito pegáramos e criaríamos essa fórmula. Olha nasce pronto assim o Direito. Não nasce, o Direito nasce depois de muita discussão. Acho que o Deputado fez muito bem de ter convocado esta Audiência Pública, para ouvir os senhores que são os donos do Direito, para saber a necessidade de cada um e, posteriormente, se elaborar uma Lei. Se não houver a possibilidade dessa regulamentação no nível estadual, que o Deputado que tem contato com Brasília, que vá até Brasília levar. Assim como o exemplo que o próprio Deputado citou dos Agentes Penitenciários, que houve a edição de uma Lei, iniciado por ele, aqui na Assembleia Legislativa e criou-se o Movimento Social em toda Federação e chegou ao Congresso Nacional. Me parece, não é Deputado, ditando uma Lei nacional sancionada ao porte. Não é assim que começa o Direito. Não entendo isso como ato político, mas um ato, na verdade um ato de responsabilidade do Deputado. Até porque nós temos eleições de dois em dois anos. Então, o Parlamento... se falarmos que vai trabalhar em ano de eleição. Nós vamos trabalhar dois anos, Deputado, dois anos vamos ficar parados porque tem eleição para governador, depois para Prefeito e ficaremos dois anos parados. Então, temos que trabalhar enquanto é possível, e se bater a nossa porta, porque a sabemos que a Assembleia existe muito disso que é o paracheque do povo, sabemos que as demandas caem aqui, ninguém vai aqui no Poder Judiciário e nem no Poder Executivo. Vem aqui na Assembleia Legislativa discutir os interesses. Por fim, Deputado, dizer que a Procuradoria Geral do Estado entende a importância desse assunto, e ela é um órgão de apoio a Assembleia Legislativa. Sempre que o senhor precisar e os demais Deputados precisar, nós estamos à disposição.

Quero cumprimentar por fim, desculpe Deputada Epifânia, eu não tive a oportunidade de cumprimentar a senhora, agradecer a presença da senhora, me sinto tão importante. O Deputado Maurão que saiu. Estamos à disposição, no que for necessário, é lógico, temos um longo caminho jurídico para chegar a este benefício dos senhores, mas dizer que temos que dar um passo de cada vez. Estamos à disposição dos senhores neste sentido.

Obrigado Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Doutor Aparício. E agora concedemos, passemos ao Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queremos registrar e pedir desculpas do Tenente Coronel Vicente, ele que é o Gerente de Integração da Secretária de Segurança, Defesa e Cidadania. Também informar as senhoras e senhores que esta Audiência Pública está sendo retransmitida ao vivo pelo site da Assembleia Legislativa, cite ou site, como queiram: www.ale.ro.gov.br. Então, está sendo transmitido aqui ao vivo através do site da Assembleia. Por outro lado, por determinação de S. Ex^a Deputado Luizinho Goebel, as pessoas que se encontram ali na galeria ainda tem os assentos, se quiserem vir aqui para o Plenário. Fiquem à vontade, está bem? podem vir para cá.

Obrigado Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedemos a palavra a Eminente Deputada Epifânia Barbosa.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Bom dia a todos os senhores. Poucas senhoras presentes aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar o proponente desta Audiência Pública, o Deputado Luizinho Goebel, e desde já parabenizá-lo pela sensibilidade em tratar o tema. Queria em nome do Presidente do SINTAX, seu Chiquinho, o Francisco, cumprimentar todos os taxistas presentes e em nome do Secretário Reis cumprimentar os demais componentes da Mesa. E desde já, Secretário, desejar muito sucesso na missão que ora Vossa Excelência assume de grande importância para o Estado de Rondônia. Eu serei muito breve, e desde já quero pedir desculpas, porque eu não poderei ficar até o final da Audiência por isso pedi para falar agora. Nós estamos também participando, eu e o Deputado Ribamar Araújo, participando da Comissão dos atingidos pela cheia, eles estão nos aguardando no gabinete do Deputado Maurão de Carvalho e outras pessoas ali também nos aguardam para resolver alguns problemas, por isso vou ser breve na minha falar.

Eu conversei antes da Audiência, o Chiquinho nos procurou para informar um pouco sobre o serviço, até porque eu não sou da área, não tenho uma atuação direta nessa área, mas tenho uma atuação com os trabalhadores de forma em geral. Então, todos aqueles, obviamente, que tem algum problema, alguma lacuna dentro da sua função nós temos por obrigação tentar compreender e atuar de uma maneira que possa contribuir para ajudar esse problema. E eu queria Dr. Gilberto, ouvi o senhor falar, e também ouvi o Procurador, os demais que antecederam, e certamente o entendimento jurídico e a posição política que cada um tem, devem ser respeitadas, mas eu queria apenas fazer uma observação na sua fala porque eu não posso acatar, fazer comparação com qualquer trabalhador, com qualquer organização, mas eu acho que comparar com uma atuação de milícia, foi um tanto infeliz da sua parte...

O SR. GILBERTO PISELO – Eu peço desculpas, peço desculpas, mas é uma coisa que existe, e é um negócio social.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Mas, é uma posição particular, uma visão particular, e acho que quando trabalhamos com coletivo, quando lidamos com uma situação que passa pelo campo político, também, sabemos que há um pano de fundo político nessa situação. Então, eu penso que algumas interpretações devem ser colocadas um pouco mais no campo individual do que no coletivo, para que não avancemos no outro aspecto, se o senhor puder corrigir em outras falas eu acho que seria de bom tom. Mas, se o senhor entender que não é dessa forma... eu particularmente, é a primeira Audiência que eu participo nessa área de atuação e respeito a sua atuação até porque o senhor falou que está desde 1984 e não é pessoal, não é apenas uma interpretação de quem estava ali e ouviu e incomodou um pouco, mas respeito o seu trabalho, toda a sua origem, toda a sua experiência, mas creio que não sou muito bem ao ouvido. E eu queria de uma maneira bem breve dizer que o que observamos, conversando com o setor Jurídico ou com as pessoas que atuam na área, Deputado Luizinho, penso que nós temos aqui uma questão legal, uma questão legal que precisa ser observada, e parece-me que na própria legislação de 2010 nós temos alguns problemas na própria legislação que está colocada. Não há uma regulamentação, então estamos com uma falha grande, temos uma lei que é de 2010, já se passaram quatro anos, e ela não foi regulada e aí começam a surgir muitos problemas. Durante esses quatro anos identificados que a lei também deixa algumas lacunas para que o serviço de fato seja a contento, não só dos trabalhadores, mas como também da população. E como encaminhamento, eu queria propor Deputado, que a pudéssemos ao final da Audiência, eu acho que seria interessante constituir uma Comissão e essa Comissão junto com os órgãos tanto do Estado, quanto aqui dos trabalhadores que pudessem fazer uma análise geral dessa Lei, a parte da regulamentação e tudo o que está aí nas entrelinhas para que possamos de fato ter um serviço legalizado, que esses mais de quatro mil trabalhadores possam continuar os seus serviços, que essas famílias também possam ser atendidas e a população em geral tenha um serviço de qualidade, porque, eu penso que se esse serviço existe há tantos anos, ele é necessário, porque se os demais tivessem servindo a contento essas pessoas, não ocupariam espaço. Não ocupariam a tantos anos e numa quantidade tão significativa de quase cinco mil trabalhadores. Portanto precisamos ter essa sensibilidade, precisamos atuar legalmente, é esse o principal trabalho desta Casa, e se o Projeto é do Poder Executivo, nós poderemos constituir uma comissão junto com os outros representantes e fazer todas as observações necessárias e de repente encaminhar até algumas alterações da lei para que futuramente seja regulamentada e atenda realmente os interesses da categoria e da população em geral.

Obrigada pelo espaço, eu espero que eu tenha contribuído, e mais uma vez pedir desculpas, precisarei me retirar para atender outro grupo de pessoas aqui do Estado de Rondônia.

Obrigada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado Deputada Epifânia.

Passemos a palavra ao Maurício Presidente da FETARON.

O SR. MAURÍCIO OLENDINO SANTANA – Bom dia a todos. Eu queria agradecer a presença dos companheiros taxistas que vieram de vários cantos do Estado de Rondônia; a Mesa que está aqui, que eu sou meio distante do povo, mas queria agradecer a presença de todos que estão à Mesa.

Em relação ao transporte alternativo que o Dr. Gilberto estava falando, quero dizer que não trabalhamos desordenado, temos uma ordenação perante a federação. Hoje, um taxi de Porto Velho não vai ao Município de Vilhena pegar passageiros se nós não tivermos um acordo com Porto Velho. Então, cada cidade tem uma Associação e cada Associação faz as normas de trabalho de um município a outro. A Federação não interfere nisso, mas nenhum taxi tem direito de chegar a um município e achar que é o dono da verdade e ir pegando passageiro na rodoviária de qualquer maneira, nisso a gente tem um contento. Em relação está crescendo esse problema como ele citou, isso também é uma preocupação minha muito grande. Eu fui responsável judicialmente porque eu parei uma placa de fazer esse transporte alternativo porque ela foi concedida depois que já tinha sido homologado o nosso Estatuto. Só que o juiz me chamou e falou que eu não podia fazer aquilo porque todo mundo estava fazendo o mesmo serviço sem amparo legal. Então, por isso que nós estamos aqui hoje, para pedir que haja uma regulamentação junto a Lei para não termos um inchaço dos nossos serviços nos municípios. Existem municípios que quando chega a época de campanha, começa a soltar placas a êxito. Então, acredito o seguinte, se nós permanecermos como estamos, daqui dez anos nós estamos ganhando mais e atendendo melhor a população, isso a meu ver. Só que nem todos compreendem isso, mas o que eu tenho a dizer é o seguinte: regulamentando, nós vamos ter o direito de não deixar as prefeituras encharcar a cidade de placas, isso nos prejudica e prejudica as próprias empresas que fazem esse serviço juntamente conosco. Então, hoje nós temos que trabalhar em parceria, a Federação junto com as empresas, mas nós precisamos de um apoio, porque se à época que foi publicada essa lei tivesse regulamentado, 20% da categoria já estaria fora, porque o nosso estatuto não permite o cara vender a concessão para outro e ele voltar fazer esse trabalho. A pessoa tem que ficar fora por dois anos, depois vai para uma assembleia geral e automaticamente nenhum taxista vai querer admitir uma concorrência para si próprio. Então eu acredito que temos que pensar nisso porque se daqui a cinco anos... hoje nós estamos trabalhando com 1.033 taxis nesse serviço, e desses 1.033 só trabalha 50% dia a dia, porque não tem passageiro para todo mundo. Então, quer dizer, que daqui a cinco anos desses 1.033 vai ter três, quatro, mil taxis, porque nós não temos embasamento legal para coibir, porque a própria justiça diz que nós não temos autorização de coibir, porque nós não temos um amparo legal.

Então, hoje nós estamos aqui para tentar entrar num consenso, e pedir aos senhores que são responsáveis por publicar alguma Lei, ou qualquer outra coisa que seja para nos favorecer e nos resguardar futuramente. É só o que eu tenho a dizer.

Agradeço ao Deputado Luizinho por ter colocado essa Audiência Pública. Têm alguns taxistas que muitas vezes... há uns anos eu expliquei que essa lei deixava uma lacuna, porque

não tinha a palavra taxi, e o cara me disse que não, que eu não entendia. Eu falei não, do jeito que está feito a Lei hoje o cara pode fazer para uma charrete, é como o doutor... ele está certo em suas palavras. Pode fazer para qualquer outro tipo, Van Micro-ônibus, não está deixando um espaço para nós. O que eu peço, é que no dia em que for feita alguma regulamentação dessa Lei, que o taxi que fazer esse tipo de transporte ele carregue a sua logomarca de transporte alternativo nas laterais. É só o que eu tenho a dizer.

Agradeço a todos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado Maurício. Passo a Presidência ao Deputado Ribamar Araújo.

(Às 10 horas e 30 minutos o Deputado Luizinho Goebel passa a Presidência ao Deputado Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Com a palavra o eminente Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mais uma vez cumprimento a todos, e quero dizer primeiro, como é a vida do parlamentar: eu tenho um relacionamento bom com os taxistas do Estado, por conta de uma tragédia cometida ao Presidente, anterior, do Sindicato dos Taxistas do Estado de Rondônia. O Barbante que era lá do município de Ouro Preto... quem veio assumir a Presidência foi o Maurício, que por coincidência mora na mesma cidade que eu, na minha cidade. E da mesma forma, Maurício, que nós temos admiração e respeito pelas pessoas que representam as categorias, eu quero confidenciar isso aqui, que na cidade que eu nasci nasceu também uma empresa, empresa chamada União Cascavel. Em 1963 o meu finado pai já dependia do transporte o qual fazia essa empresa, e há poucos dias essa empresa comemorou 50 anos de fundação.

Eu queria fazer uma homenagem para essa empresa, eu queria fazer, porque eu acho que essa empresa, que inclusive, trouxe a minha mãe e os cinco de nove filhos, eu o maiorzinho dos outros da segunda etapa da família, eu vim exatamente num ônibus desses. E quando nós chegamos, em 1979, o meu pai já estava trabalhando aqui no Estado de Rondônia e nós não tínhamos dinheiro, Deputado Ribamar, para pagar as passagens dos cinco filhos para que viessem juntos com a minha mãe. E naquela ocasião, por nós morarmos na cidade de Cascavel e ter amizade com a família proprietária da EUCATUR, eles autorizaram que a minha mãe pagasse duas passagem, só duas poltronas, e que o resto dos polaquinhos, os galeghinhos, viessem todos deitados no corredor do ônibus. Foi assim a nossa vinda para Rondônia.

E sabe por que eu não fiz essa homenagem antes? porque naquele momento, se eu fizesse, há poucos dias, se qualquer coisa desse errado, hoje, as pessoas iam falar sabe o quê? O Deputado Luizinho se vendeu para a empresa. E eu não me vendo, eu não me curvo diante de interesses financeiros porque eu tenho brio, eu tenho honra.

Em nenhum momento, eu quero deixar isso muito claro aqui, que em nenhum momento eu pensei em trabalhar nessa Lei e prejudicar alguém. Eu não vim para Rondônia, eu não vim para esta Assembleia para prejudicar ninguém, eu vim

para tentar ajudar, ou eu vim para ajudar. Então eu quero aqui, como hoje, graças a Deus, nós amanhecemos num dia bom, tivemos boas notícias, boas notícias, então hoje eu posso fazer esse desabafo e falar isso. Porque se talvez eu tivesse feito isso há quinze ou vinte dias, a posição seria diferente. E a mesma honra que eu dou para os empresários, como a família Gurgacz, eu também dou para os taxistas, porque eles também já foram taxistas, eles começaram... o seu Acir como motorista de taxi e o meu pai era passageiro, tanto quanto eu sou passageiro. E tanto que isso é fato, que eu estava trabalhando em Cerejeiras o dia que meu pai faleceu, há treze anos. E naquele momento eu precisava com urgência, no desespero, de alguém que me levasse para Vilhena, mas eu também não tinha dinheiro naquele momento. E um taxista chamado Valcir me levou rapidamente e também fez aquele transporte a prazo para mim. Então a minha luta não é porque eu estou Deputado, a partir do momento que eu tive um exemplo daquele, eu comecei a defender, mesmo como um mero cidadão, a categoria dos taxistas. Também eu não fui eleito com a categoria dos taxistas, ou com um Presidente de uma Associação de taxistas claramente me apoiando na minha primeira eleição, mas mesmo assim nós temos responsabilidade. E eu vou citar alguns exemplos: município de Pimenteiras, nós temos hoje uma empresa de ônibus que tem uma concessão, mas que ele comercialmente só viabiliza o negócio dele indo duas vezes por semana, somente duas vezes por semana para atender, para atender o município de Pimenteiras. É possível uma cidade com milhares de moradores depender de um transporte que só atende duas vezes por semana? Não é. Será que o Distrito de Boa Esperança, lá em Chupinguaia; Planalto São Luiz; Tarilândia; Extrema; Novo Riachuelo; Forte Príncipe da Beira; Bom Sucesso em Seringueiras. Esses Distritos, como fariam para transportar os seus cidadãos para a cidade, se não fosse os taxistas?

Eu já vi muitos taxis servir de ambulância, ambulância! eu já vi muito taxista carregando um deficiente físico nos braços para colocar dentro do carro na frente da sua casa e depois levando de volta, eu já vi muitos taxistas transportando o idoso, levando o idoso para dentro do banco para que ele saque a sua aposentadoria, passa com ele na farmácia, passa o cartão dele, porque muitas vezes a visão dele já não é mais suficiente para que ele possa fazer um saque no banco, e leva depois esse idoso para a casa dele.

Então, esse trabalho além de tantas outras coisas, nós precisamos às vezes cumprir um horário com a justiça dentro de uma intimação, e é o taxi que nos leva no horário que nós precisamos chegar. Então esse trabalho é importante.

Nós convivemos há muitos anos aqui no Estado de Rondônia com o mototaxi, com o taxista e também com as empresas de transportes coletivos.

Todo mundo sobrevive, milhares de pessoas, praticamente cinco mil taxistas, centenas de mototaxistas e milhares de funcionários, motoristas, mecânicos, enfim, tantas pessoas que trabalham dentro das empresas de ônibus. Então, o que nós queremos na verdade, é que todos estejam respaldados pela Lei, com o direito que a lei nos assegura, mas que também tenha a obrigação, tenha obrigação para com a Lei determinada pelos nossos Poderes. Neste caso aqui de

Rondônia, pelo Poder Executivo. A Lei existe, e nós precisamos regulamentar, e por que queremos a regulamentação da lei? Porque nós queremos que os taxistas a respeitem, para que os taxistas de Rondônia prestem um serviço à altura da necessidade e do direito do cidadão de bem do nosso Estado. Sabe por que nós queremos a lei? Porque nós queremos que os taxistas... lá no artigo 4º, no Parágrafo 1º, no inciso II, que o proprietário do veículo tenha o veículo no seu nome a fim de que, se necessário, ser responsabilizado. Nós queremos que o motorista seja habilitado com uma habilitação de Categoria B, C, D ou E, e que tenha pelo menos três anos de habilitação, nós queremos que o motorista já resida pelo menos três anos aqui no Estado de Rondônia, nós queremos que o veículo seja emplacado e licenciado aqui no nosso Estado de Rondônia, nós queremos que o motorista, que o proprietário apresente uma negativa de antecedente criminal, nós queremos que o taxista dono da placa não possa transferir para outro taxista da forma que ele entenda que seja importante ou vantajoso para ele. Tem que ter responsabilidade nisso também. Nós queremos que os nossos veículos tenham no máximo quatro anos de uso, isso é o que nós queremos. Nós queremos que todo ano o veículo seja vistoriado pelos nossos órgãos competentes, que seja feita uma inspeção veicular. Nós queremos fixar em local visível do veículo que as nossas autoridades, que o nosso cidadão, que o outro taxista possa fiscalizar qual é o trecho que este veículo, que esta placa tem direito, e qual a sua concessão. Então, temos que fixar o trecho no qual aquele taxi está autorizado a fazer o transporte. Nós queremos, também, que a execução preventiva recomendada pelo fabricante ou pelo DETRAN de Rondônia, seja feita através do DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Rondônia, que vai ter essa responsabilidade. Nós queremos que os taxistas, que os taxis e os passageiros tenham um seguro de vida, um seguro de saúde e que a FETARON, que o SINTAX, quem quer que for, tenha esse seguro, para que a nossa população seja respaldada. Nós queremos que os nossos taxistas tenham uniforme, que os veículos sejam padronizados para que possamos estar fiscalizando todos os dias. Lá terá também um número de telefone para denúncia, muito bem claro, na traseira do veículo... se ele está dirigindo bem ou não, para que se necessário, se precisar denunciar, seja denunciado através do número que estará bem visível nos carros.

Em caso de vítima fatal, o condutor deve ter exame de sanidade físico, mental, psicotécnico e direção veicular apresentados junto ao DETRAN do Estado de Rondônia, e assim muitas outras coisas que nós queremos obrigar os nossos taxistas fazer. Mas também nós queremos que os taxistas possam não ter que fugir muitas vezes da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária, do DER de Rondônia. Nós queremos regulamentar uma categoria importante para o Estado de Rondônia.

Eu ouvi atentamente os discursos aqui, e dentre esses discursos, hoje quem tem a prerrogativa, Dr. Aparício, Dr. Gilberto, de regulamentar esta Lei é o governador Confúcio Moura, o qual fez um compromisso com a categoria, com esta Casa, porque nós estivemos várias vezes, diversos Deputados, presentes para que regulamentarmos essa Lei, e é desejo do

Governador. Então, o que nós pedimos aqui, Dr. Reis, que o senhor leve essa mensagem e que hoje esteja pronta a minuta através da Procuradoria Geral do Estado, está pronta a minuta apresentada pela FETARON onde nós estamos, inclusive, diminuindo e limitando a quantidade de taxistas que estarão fazendo esse serviço no nosso Estado de Rondônia. E dessa forma eu entendo também que as próprias empresas permissionárias do nosso Estado, que diante daquilo que foi estipulado pelo governo, regulamentado pelo governo para que elas também possam fazer a sua adequação administrativa que elas não venham a sofrer prejuízos, porque ninguém quer trabalhar e ter prejuízo, então é importante que nós regulamentemos, porque dessa forma as empresas também poderão olhar e falar: "bom, aqui nós podemos colocar, uma, duas ou três linhas por dia, aqui nós não vamos por nenhuma porque não há interesse administrativo financeiro para nós". E nós queremos viver neste Estado com harmonia, nós queremos viver neste Estado cumprindo a Lei, e é por isso que nós estamos fazendo essa Audiência Pública, sem intenção nenhuma de prejudicar ninguém, pelo contrário, nós queremos que todos estejam respaldados em Lei, que todos tenham oportunidade de ganhar o seu dinheiro, independente de empresário, de taxista, de mototaxista, e que acima de tudo eles tenham o respaldo legal e que dentro disso eles também farão de tudo para cumprir o que a Lei determina. Foi falado aqui, bem lembrado pelo Dr. Aparício... eu apresentei uma proposta de Lei na Assembleia que não tinha legalidade, que era do porte de rama para nossos Agentes Penitenciários, ela foi ecoando no Brasil inteiro, foi vedada pelo Governador, nós derrubamos o Veto na Assembleia. O Governador dentro da obrigação dele, obrigação dele, ele entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade perante o Judiciário, ganhou a Ação, mas aquilo foi ecoando. O Deputado Carlos Magno, hoje hospitalizado, mas foi uma das pessoas que levantou essa bandeira na Câmara Federal, e hoje eles atingiram o seu objetivo, eles estão respaldados por uma Lei Federal sancionada pela Presidente Dilma e que agora todos os nossos agentes, num futuro muito breve, estarão autorizados a poder usar uma arma, ter uma arma, até porque ele tem um serviço de risco e quando eles não estão dentro da sua unidade, dentro do seu posto de trabalho, eles estarão no meio da sociedade, e saiu daqui. E nós temos exemplos do Estado de Sergipe, que já regulamentou esta Lei, Estado de Goiás que já regulamentou esta Lei, Estado do Rio de Janeiro que já regulamentou a Lei e o Estado do Ceará que já regulamentou a Lei. Então, nós temos quatro Estados em que a Lei está regulamentada. Então, Reis, eu gostaria que V. Ex^a. levasse esse pedido ao Governador Confúcio Moura, que por diversas vezes, muitas vezes, sempre nos atendeu, nunca se furtou de sentar com a categoria, e isso eu quero deixar muito claro aqui. Isso é importante para nós quando temos um Governo que tem no seu slogan a Cooperação e tem cooperado, e eu tenho certeza que V. Ex^a. como Secretário do nosso Estado, que vem lá da cidade de Vilhena também, leve essa mensagem. Vamos regulamentar isso, vamos acabar com essa especulação, vamos acabar com essa demanda. Não vamos deixar que isso saia para o campo político, para que ninguém seja prejudicado, ou que receba vantagem em relação a isso, e que desta forma, eu tenho certeza, Dr.

Gilberto, V. Ex^a. que colocou aqui com bastante conhecimento e que está lá hoje, trabalhando, defendendo algumas empresas. Vamos trabalhar para que essas empresas não tenham prejuízos, não sejam prejudicadas moralmente por categoria nenhuma, porque dessa forma, eu tenho certeza que nós fazendo esse ajuste, o povo de Rondônia ganha, o trabalhador independente. É isso que eu quero como cidadão deste Estado, é isso que querem os taxistas que defendo nesta Audiência Pública. Então, que Deus abençoe a todos e que este dia de hoje, que ele fique como uma marca de que realmente nós trabalhadores, nós Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que possamos avançar e fazer valer a Lei que é o que nós fazemos. É o que desejamos e queremos cumprir.

Muito obrigado a todos, e que Deus abençoe a todos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Solicito ao Deputado Luizinho Goebel que retome a Presidência dos trabalhos.

(Às 10 horas e 57 minutos o Senhor Ribamar passa a Presidência ao Senhor Luizinho Goebel).

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Com a palavra o Secretário de Segurança do Estado de Rondônia, representando o Governo do Estado Dr. Antônio Reis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Bom dia a todos! Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Luizinho, pela iniciativa é sempre importante estarmos debatendo tudo aquilo que for anseio da sociedade, e não há tempo para que essas discussões ocorram, ela deve ocorrer a qualquer momento. Toda vez que houver alguma ponderação de categoria ou do cidadão, da população de modo geral, aqui é o local, aqui é a Casa de Lei e do povo. Então, eu queria dizer que eu tenho muito orgulho de está aqui porque é a primeira vez que eu me pronuncio como secretário. Então é sempre bom estarmos em locais que se faz alguma coisa para defender a população e a sociedade. Nós que trabalhamos com segurança pública, vivemos um dia a dia, tanta coisa ruim acontecendo naquela secretaria, é no batalhão, em todas as unidades da polícia que a sociedade procura. Então, como eu disse, agradeço ao Deputado Luizinho, ao Deputado Ribamar, que estava aqui até agora; cumprimentar o Major Lisboa, representando a Polícia Militar, o Dr. Aparício, o Chiquinho da SINTAX e eu conheço algum tempo, e sei da luta que ele tem com relação a esse trabalho e espero que de alguma forma haja um consenso e que efetivamente isso se concretize da melhor maneira possível, independentemente de posicionamento contrário. Obviamente, eu aqui estou representando o Governo e nessa condição tenho certeza que serei o mensageiro daquilo que for deliberado aqui hoje.

Gostaria de cumprimentar o meu colega de trabalho, o Coronel Vicente, sempre do meu lado; ao antigo conhecido Caetano, que está aqui também na Assembleia. Deputado, no mais, eu tenho um compromisso agora, eu preciso me ausentar, mas o Major Lisboa ficará aqui, ele que será o nosso representante a partir de agora e fará as anotações necessárias

para que possamos depois levar ao conhecimento do Governador, e eu tenho certeza que ele se sensibilizará com a situação e dará uma resposta o mais breve possível. Essa foi a minha missão aqui, hoje. Mais uma vez agradeço pelo convite, e tenha certeza que estarei aqui todas as vezes que for convidado.

Muito obrigado a todos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Dr. Reis. Neste momento, o senhor pede licença para se retirar para atender outro compromisso.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Exatamente. Eu preciso sair agora.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Agora, a palavra está franqueada as pessoas que tiverem alguma pergunta. Têm os microfones aqui na Mesa, tem a Tribuna. Então podem ficar bem à vontade, se alguém quiser fazer uso.

O senhor Marcos Sussuarana com a palavra.

Acho que o Carlão, Presidente da ACIV, Associação de Vilhena, também ia fazer uma pergunta para o Dr. Gilberto. Pode ficar bem a vontade, porque é importante esclarecermos qualquer dúvida nesta audiência.

Com a palavra o senhor Marcos Sussuarana.

O SR. MARCOS SUSSUARANA – Obrigado, Deputado, bom dia senhoras e senhores. Eu saúdo a Mesa em nome do Deputado Luizinho Goebel. Eu quero parabenizar a todos pela presença, pela organização dessa categoria que busca exatamente no fórum legal, na Casa de Leis, as respostas para a suas necessidades, e para nós, e creio que para toda a sociedade do Estado de Rondônia, Audiências como essas, são inéditas e mostram a importância do Poder Legislativo na sociedade brasileira, e que essa audiência, possa ser uma referência para mostrar Dr. Gilberto, que o institucional, ele tem que ser constitucional quando a sociedade precisa. A Constituição existe, ela estabelece a legalidade e a regulamentação para todas as atividades, mas muitos setores que estão excluídos que não estão amparados pela legislação e pela constituição, tem o amplo direito de requerer a sua legalidade, de requerer a sua regulamentação, de requerer o exercício de sua cidadania. Todos são pais de famílias, todos pagam os seus impostos e todos que estão hoje no exercício do taxi lotação, um serviço essencial para a sociedade brasileira, requer hoje nesta Casa de Leis a sua regulamentação. Não precisamos chegar ao extremo de dizer que o excluído ou que o trabalhador na ilegalidade, ele é dispensado, ele é dispensável, ele não pode ser tratado como um infrator, ele não pode ser tratado muito menos como miliciano. Nós gostaríamos que o senhor Dr. Gilberto, tivesse a humildade de se retratar e de retirar essa palavra de miliciano, comparando a categoria de trabalhadores do nosso país. Não podemos aceitar tal comparação, e creio que a regulamentação no Estado de Rondônia vai ecoar para o Brasil inteiro a necessidade de dar direito, de dar legalidade a uma categoria que presta um serviço de essencial... e ele pode ser ainda por uma comissão ampliada, essa qualidade de serviço prestado, como por

exemplo, com serviço de seguridade especial, tanto para os trabalhadores, quanto para os passageiros, também por um serviço de quem sabe de subsídios no transporte porque as grandes empresas tem o subsídio do óleo diesel, então por que o trabalhador da lotação, o taxista de lotação não pode ter um subsídio? Isso é responsabilidade do nosso país, e Rondônia vai fazer o seu papel aprovando aqui. Parabenizo os Deputados que estão engajados nessa Matéria, e em especial o Deputado Luizinho Goebel, que trouxe para a pauta, mas vamos precisar de todos os Deputados para que daqui saia uma regulamentação que possa orientar uma nova política no transporte no nosso país, que é o taxi lotação, que muito tem atendido os trabalhadores rurais, crianças especiais que muitas vezes não tem como serem conduzidas no transporte tradicional, que são os ônibus. Então, nós estamos dando um sinal para que haja qualidade de vida e desenvolvimento no fortalecimento dessa categoria e na regulamentação desta Lei. Eu sou o Marcos Sussuarana, sou Professor, sou Membro do Centro de Pesquisa de Populações Tradicionais. Acompanhamos as populações ribeirinhas no Projeto por mais de cinco anos, e nós percebemos a diferença que fez quando a estrada foi aberta até o Rio Jamari, porque a partir daquele momento a população não precisaria mais ficar doze horas dentro de um barco, ela faria esse trabalho, esse transporte em um período de uma hora. Então, observamos que o transporte, gera qualidade de vida. O transporte com qualidade, e muitas vezes a população precisa recorrer a esse serviço de utilidade pública, porque ele é de utilidade pública, basta apenas regulamentar, basta apenas aprovar uma nova regulamentação. Eu também sou membro da APAE de Candeias do Jamari, sou vice-presidente, e nós sabemos que no Estado inteiro, vocês são testemunha que as crianças especiais, eles precisam de uma atenção especial no momento de um deslocamento para uma consulta, para ir no serviço médico e os taxis tem feito esse trabalho, os taxis estão sempre fazendo esse trabalho diferenciado. Então, a sociedade precisa desse trabalho, dessa regulamentação. E sou membro também do Movimento Transparência, Qualidade de Vida é Desenvolvimento.

Eu quero agradecer pela oportunidade, e desejar sucesso a comissão, e não vamos voltar atrás, vamos para frente, vamos garantir que os benefícios, que esses trabalhadores precisam sejam concedidos a partir do Legislativo e que o Executivo venha fazer valer o direito dos trabalhadores. Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Marcos Sussuarana.

Eu recebi uma pergunta e vou deixar claro para vocês o motivo da minha alegria esta manhã, quando eu falei da questão da alegria. É porque tudo aquilo que foi proposto pela Federação, Maurício, e que foi apresentado, Ata, juntamente com o SINTAX e com diversos membros que representam a categoria e foi apresentado isso nas nossas reuniões, foi acatado pela Procuradoria Geral do Estado e já foi encaminhado ao Governador. Então, hoje não depende nada mais, nada menos do que um Decreto do Governador regulamentando a nossa Lei. Por isso, o motivo da nossa alegria, que hoje nós podemos falar porque já não está aquilo que nós precisávamos

de respaldo do jurídico, nós já temos, já está na mão do Governador pronto, a minuta pronta, encaminhado pela Procuradoria Geral do Estado, ou seja, a Procuradoria é como estivesse autorizado juridicamente o Governador a baixar um Decreto regulamentando a nossa Lei. Por isso que, talvez, eu não deixei bem explicado, mas é por isso que hoje nós podemos falar, porque nós já avançamos, nós já conquistamos. Agora, depende simplesmente do Decreto e a sanção do Governador.

O SR. GILBERTO PISELO – Deputado, eu fui mencionado, eu peço licença.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Pode. Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO PISELO – Como eu fui mencionado pelo Senhor Marcos Sussuarana e também, anteriormente, pela Deputada. Eu quero só... não sei se essas nossas falas estão sendo gravadas, mas se tiverem eu vou fazer só uma observação. Eu disse que respeito profundamente a categoria dos taxistas e cada um dos profissionais que nela trabalham. Eu não fiz nenhuma comparação de taxista com milicianos e nem com bicho de pé. A parábola que eu utilizei foi para mencionar duas coisas. Primeiro: a questão dos milicianos, eu disse que é porque se trata de uma atividade que precisa ser regulada pelo Estado para não deixar na mão daqueles que vão fazer por auto tutela e fazer por si só. A comparação está na necessidade da regulação e da fiscalização, e não obviamente em uma situação ou outra. Estou dizendo da necessidade do Estado controlar as determinadas atividades, e não permitir que sejam exercidas sem controle.

O serviço público de transporte, tem motivo, que é essa motivação, assim como as polícias que eu mencionei, elas não podem ser deixadas ou entregues porque precisam de uma regulação. Então, quero corrigir isso, e se de alguma forma eu me expressei e deu outra interpretação, neste particular eu peço desculpas e retiro, se assim for interpretado. Com relação a coceirinha gostosa que eu mencionei, mencionei porque isso acaba sendo prejudicial a nós mesmos, foi exatamente porque na medida que deixamos algo crescer, correr e tomar corpo, depois precisamos tomar medidas drásticas para poder controlar, para poder regular. A comparação é simplesmente para comparar que depois que um serviço toma corpo sem a regulação, ele exige medidas drásticas para serem consertadas. Apenas nesse aspecto, nenhuma comparação de uma coisa com outra em relação aos taxistas. O serviço de taxis, hoje, feito dessa forma, está sendo regulado exclusivamente pelos próprios taxistas, e como mencionou o Presidente da Associação e o Deputado, há sentimento coerente de que precisa ter uma limitação. Isso implicará em diminuição na expressão que eles utilizaram, e foi exatamente essa a menção que eu fiz no sentido do exemplo que eu dei na parábola, que é necessário uma medida drástica para poder fazer uma diminuição. Não quero aqui... evidentemente que para as pessoas de alguma forma diminuir aquilo que a gente diz, de repente pode trazer uma interpretação equivocada, não foi essa a minha intenção absolutamente. Nesse particular, para as pessoas que me conhecem, taxistas que integram a categoria de vocês sabem que eu nunca procurei ofender nas reuniões que tivemos.

Jamais deixei de mencionar o respeito que eu tenho por cada um dos senhores que trabalham como taxistas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Dr. Gilberto.

Mas alguém que queira fazer uso da palavra? pode ficar a vontade.

O SR. HÉLIO CAMILO ALVES – Primeiramente, bom dia a todos senhores e senhoras, as autoridades presentes... não vou falar nome de todo mundo porque eu não tenho conhecimento de todo mundo aqui. Mas, repetindo o que meu amigo falou ali, nós estamos no município de Rolim de Moura, eu sou de Rolim de Moura, estamos eu e mais uns companheiros representando Rolim de Moura. Nós trabalhamos com serviço de lotação, e 70% dos nossos passageiros que nós transportamos é para hospital, para a clínica lá de Cacoal. De ônibus eles não conseguem chegar lá e nem em outro transporte, porque não podem pagar uma corrida sozinhos, não tem condições. Nós vamos pedir cento e trinta, cento e quarenta reais para levar ele lá. O que acontece? Nós cobramos vinte reais dele, mas nós deixamos ele na porta da clínica, e se ele pegar um mototaxi para levar ele lá, cobra quatro reais, entendeu? se ele vir de ônibus... Então, eu quero dizer, reforçando o que meu amigo disse ali, Alta Floresta traz os passageiros para Rolim de Moura, para ficar um transporte alternativo barato, e o que acontece? Ele cobra quinze reais até Rolim de Moura, ele não tem como pagar cento e trinta, cento e vinte reais de uma corrida, portanto, nós pegamos os passageiros de Alta Floresta, de toda região de São Miguel, de São Francisco, dali nós conduzimos para frente, para outra cidade, porque o cara está procurando o recurso de saúde, você entendeu? Então, é um serviço que precisa ser olhado com bom olho, porque representa a nossa saúde no Estado de Rondônia, hoje. Senhores e senhoras, nós... 80%, não só contando de Rolim de Moura, com todos os passageiros que pegamos da nossa região, tem problema de saúde, e problema de saúde todos nós sabemos que uma consulta em qualquer consultório particular é agendado com hora e data, se você perder o agendamento demora 04 meses para agendar de novo. O cara chega desesperado: gente, tem quantos passageiros aí? - Eu estou com dois. Mas, falta quanto? - Falta um. - Gente eu estou com emergência, daqui a 40 minutos eu tenho que está em Cacoal porque eu tenho que levar o meu filho para consultar. Nós fazemos isso com dignidade, leva e deixa o cara na porta do hospital, ainda o cara fala assim: como é que eu faço para voltar depois? Nós falamos, toma o telefone aqui, liga que eu vou pegar você, se eu não puder levar você, porque eu não eu não esteja na vez, eu passo para o meu amigo, próximo, lhe levar. Você entendeu? Então hoje, gente, o taxi é um transporte de necessidade. Não estamos desfazendo de empresa nenhuma. Eu quero dizer que a empresa tem horas, tem horas, ela vai sair às 10 horas e 30 minutos, às horas, às 11 horas, e o taxi não, quando o cara chega com necessidade, está precisando ele fala... quantas vezes aconteceu comigo. Não, eu pago sozinho a lotação, se eu não chegar lá em Cacoal, se eu não pegar essa condução eu estou morto, porque o meu filho está com necessidade,

entendeu? É isso que eu queria dizer para vocês. Que as autoridades, todas as autoridades que estão aqui, olhem com bons olhos, porque não é todo mundo que está aqui em Porto Velho que tem uma saúde mais ou menos regular, boa. Tem gente que vem de São Francisco e não tem saúde boa, tem gente que vem de São Miguel, não tem saúde boa, vem de Seringueiras não tem saúde boa, vem de Costa Marques, se agregam todos na nossa cidade, e assim é as outras também, é conduzido até ali, e nos conduzimos até a cidade de destino que o cara quer ir. E ele fica contente; - paguei. E quantas vezes eles falam: - paguei, mas valeu a pena, meu filho consultou, estou indo com ele aqui, vou fazer os exames e vou voltar tal dia aqui de novo. É isso que eu queria dizer para vocês.

Agradeço a todos de coração, a todos os companheiros presentes, o meu pessoal de Rolim de Moura e de Pimenta Bueno. Isso que eu estou falando para vocês aqui... Pimenta Bueno também traz para Cacoal, é da mesma forma. Quem vem lá de outra cidade chega em Pimenta Bueno eles levam para Cacoal, porque no nosso interior, não existe um centro médico igual ao de Cacoal. Cacoal é a cidade que mais tem bons profissionais de saúde, é a cidade que os profissionais conseguem fazer os exames melhores. Então, o que acontece? É uma necessidade de horas, de tempo, e muitas vezes o pai de família vem com uma criança doente porque não tem condições de pagar R\$150,00, R\$120,00, R\$130,00 para levar um filho no hospital, e reúne quatro pessoas e fica baratinho, e todo mundo fica bem servido.

Era era isso que eu tinha para dizer para vocês, e desde já quero agradecer ao Deputado Luizinho Goebel, a todas as autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Com a palavra o Sr. Carlos Aparecido de Melo. O Senhor pode ficar a vontade, pode usar...

O SR. CARLOS APARECIDO DE MELO – Bom dia a todos.

Em nome do Deputado Luizinho Goebel, quero cumprimentar todas as autoridades presentes; o Maurício, todos os taxistas deste Estado de Rondônia, e agradecer a Deus por estar aqui.

Como o Deputado disse, temos conhecimento do nosso interior, Deputado, lá do Planalto de São Luis. Quantas vezes eles chega pessoas de Colorado e temos que levar para Vilhena porque não é horário de ônibus. Quantas vezes chegam, tem necessidade de consulta e quem é que leva? É o taxi. Mencionar... veja bem, no caso de todos os Municípios, Cerejeiras, Colorado estamos lá e agradecemos a todos, porque passamos a lotação de um para o outro e conseguimos chegar até o local. Então agradeço a todos que estão aqui presentes, todos os taxistas de todos os municípios do Estado.

Agora, veja bem, com a lei sancionada, porque não é só regulamentar. Onde nós estivemos já várias reuniões com o Governador Confúcio Moura e, até esses dias, teve uma Matéria dizendo que dentro de dez dias estaria regulamentada. E nós aguardamos até hoje. Ficamos felizes de vocês falarem que a Procuradoria já tem algo pronto para nós, entendeu? Porque

se Deus quiser isso vai acontecer, porque veja bem, como você mencionou, se já tem quatro Estados regulamentados, porque não o Estado de Rondônia? Só nós somos diferentes? Então agradeço a Deus por nós estarmos aqui, agradeço a você e toda a Casa. No mais muito obrigado.

O SR. APARÍCIO PAIXÃO – Senhor Presidente, o senhor me permite pela Ordem? Só respondendo...

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Só um minutinho aí. Na ordem, nós vamos ouvir o senhor Sales, logo após o Doutor Aparício e depois o Major Lisboa. Aí vamos franquear mais uma palavra e vamos encerrar.

O SR. FRANCISCO SALES – Bom dia a todos os companheiros taxistas de todo o interior do Estado de Rondônia; Presidentes de Associações; representantes legais; aos membros da Mesa; Deputado Luizinho, como Presidente da Audiência; Deputado Adelino; Kemp da SEMTRAN; Doutor Aparício, Procurador; representante da Polícia Militar aqui presente.

Quero deixar bem claro aos meus companheiros e autoridades aqui presentes, que eu fiz parte da Comissão a qual estava pré-elaborando a regulamentação da nossa Lei. A nossa lei aprovada é complexa, nós temos que ter muito cuidado com isso. Não é chegar um Procurador, apresentar ao governador: está aqui, pronto, a regulamentação, e o governador assinar. Nós dependemos muito do bom senso, e hoje nós dependemos muito mais do prestígio político que a categoria tem que é grande, e é reconhecida, do que propriamente jurídica. Nós temos que ter muito cuidado, como as palavras do doutor, a qual eu fiz parte junto com a Comissão, também. É um profundo estudioso do sistema de transporte e ele fez algumas colocações informais que não tem nenhuma ação contra a Lei nº2366, porque ela não foi regulamentada, e se ela não cita taxi, não é propícia para nós, nós temos que ter muito cuidado com isso. Os interesses são grandes, o taxista tem seu prestígio político, administrativo e social, mas financeiro ele é tão quanto as empresas privadas. Nós temos que ter muito cuidado que todos porque no momento de euforia dizem: não, vamos regulamentar o serviço de taxi, manda e o governador assina e, geralmente é um Parecer jurídico e, depois nós vamos afundar. Deputado Luizinho, o senhor é um homem, um Deputado de bom senso, sempre esteve conosco desde a época do Deputado Tiziu, sempre na Comissão, conhece profundamente o nosso serviço, como as demais autoridades aqui conhecem. Existem as limitações nossas, do taxista, existem as Leis municipais, que precisam ser vistas com muito cuidado. Existe também uma Lei estadual, nossa, que nos ampara, mas que deixa uma lacuna muito grande em relação ao nosso serviço. O Presidente da Federação da FETARON, o Chiquinho do SINTAX, co-representante nosso de um modo geral... mas temos que ter muito cuidado. O taxista, os representantes podem ter algumas divergências internas, mas no âmbito desse serviço precisamos estar unidos, fortificados, porque desunidos vamos ser passados para trás, e qualquer regulamentação, qualquer lei publicada que não contemple a contento a lei do nosso serviço, no outro dia nós estamos fora da BR, deixar bem claro isso, porque vai surgir

uma demanda muito grande de ações, e nós vamos ficar de fora.

Muito obrigado, por enquanto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Com a palavra o Senhor Chiquinho (Francisco Ferreira).

O SR. FRANCISCO FERREIRA – Senhores, eu voltei aqui porque a minha primeira fala foi mais uma apresentação. Doutor Gilberto, o Senhor, realmente, é um grande Advogado, e como defensor das empresas realmente você se torna realmente um leão, mas nós também em defesa dos nossos trabalhadores viramos um leão.

Na questão da fiscalização, a qual o senhor ficou preocupado, quero dizer ao senhor que fique tranquilo, porque essa preocupação é nossa, essa preocupação é do Sindicato, ela é da FETARON, é das Associações a fim de que pelegos não entrem dentro do nosso sistema para que não venha inchar todo o nosso sistema. O motivo de nós estarmos aqui é exatamente para esse, darmos segurança, para que os nossos trabalhadores que estão trabalhando, porque 90% dos nossos taxistas compram carro financiado. Então, é esse o nosso medo, nós estamos aqui Dr. Gilberto, é para dar garantia ao nosso trabalhador e para as empresas, também. Nós não estamos aqui querendo colocar mais placa, mais placa e mais placa.

Outra coisa que eu queria falar para o Senhor, respeitando a Polícia Militar que é cumpridora das leis, que faz o cidadão cumprir as leis e outros órgãos, a única coisa que nós sabemos fazer é dirigir carro. Eu tenho 52 anos, 20 anos de taxista, eu não tive a sorte de ter um canudo na mão não, para eu ser um advogado, para eu ser um médico, ou qualquer coisa, mas como taxista, já formei dois filhos. Tenho um filho que tem três faculdades, e tenho uma que se formou agora em Manaus, trabalhando como taxista. Então, não é justo companheiros, que esse trabalho que é feito com maior e honestidade, de repente seja ceifado seus direitos, não é justo. E a lei tem que ser mudada de acordo com as necessidades da população, se tem alguma coisa errada, vamos corrigir, para benefício do nosso trabalhador. E quero dizer mais uma coisa, se vir algum empecilho contra essa categoria nós vamos trabalhar do mesmo jeito, não é porque nós somos bons e nem melhores do que os outros não, mas porque temos necessidade, é o sustento da nossa família e nós vamos defender. Quero deixar bem claro, aqui, o seguinte companheiros: enquanto nós tivermos à frente do Sindicato, diante dos nossos trabalhos, conte com o nosso apoio, conte com o nosso apoio porque quem sabe dos nossos problemas somos nós e poucas pessoas querem reconhecer isso, não desmerecendo os direitos dos Deputados que aqui estão. Quero também registrar o Deputado Adelino Follador, que conhece todo esse problema porque foi um dos primeiros Deputados a está dentro desse problema. Então, como o companheiro Sales falou agora, temos divergências? Temos. Todo mundo tem divergência um do outro, mas precisamos nos unirmos para defender o nosso pão de cada dia, e nós vamos defender, isso eu tenho certeza absoluta. Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Aparício, e na sequência, o Deputado Adelino Follador e o Major Lisboa. Essa é a sequência e nós temos que encerrar a Sessão.

O SR. APARÍCIO PAIXÃO – Rapidamente Deputado.

Na verdade pessoal, eu só quero fazer uma defesa ao Dr. Gilberto. Sabemos que não estamos em lados opostos, nós estamos do mesmo lado. O Dr. Gilberto, na verdade, é um grande auxiliador nesse debate de regulamentação taxi lotação, por quê? Porque ele traz o contraditório, ouvimos o que ele fala, e ele tem muita experiência. Então, para nós o Estado... é muito importante a opinião do Dr. Gilberto e ele fala com propriedade e conhecimento de causa, na verdade ele está nos ajudando e não atrapalhando. Só quero fazer esse alento aqui e agradecer a sua presença e a sua participação. O amigo Carlos, nós falamos ali, amigo Carlos, que tudo o que nasce no direito, se houvesse uma formula pronta do direito, seria muito mais fácil, mas não temos uma formula pronta. Outros dois Estados implantaram a Lei recentemente e dois Estados ainda estão em Projeto de Lei. Então, só não houve a regulamentação, eu tenho que defender o Governo do Estado nos dez dias, por quê? Porque a própria Comissão, nós reunimos com o Pedro, com o Osni, com o seu Maurício, com seu Chiquinho, o Sales, e o Sales falou: nós estamos achando o que é melhor. A Lei às vezes pode ter alguma coisa que precisa alterar, modificar. Então, nós estamos discutindo isso, não é porque existe enrolação, mas é uma discussão que acredito necessária, e nesse aspecto que temos um pouco de dúvida ou que há omissão, nós deixamos com a PGE, muito clara a nossa posição nas atas, muito claro. Desculpe a nossa posição nas atas. Então, precisamos elevar esse debate para tentar conseguir o que vocês querem, não adianta querermos fazer uma coisa nas coxas e amanhã ou depois esse direito ser cassado.

Obrigado Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado Dr. Aparício. Deputado Adelino Follador com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabeno o Deputado Luizinho por essa iniciativa muito louvável, muito oportuna e também cumprimento toda a Mesa presente; Presidentes de Sindicatos, de Associações; o Pedro, também que é Presidente lá de Ariquemes, um abraço. Dizer, que esse serviço, inclusive participei da Comissão naquela mega operação que tinham anunciado e eu consegui falar na época com o Governador em Portugal para poder desativar essa operação. O Dr. Aparício sabe, ele acompanhou, nós lá em Ji-Paraná; eu, o Bianco e o Tomás Correia, conseguimos ligar para o governador, na época, e foi desativada essa grande operação que estava prevista porque não tinha lógica. E esse é um serviço de taxi lotação que existe no Estado de Rondônia e isso não tem volta. Então, as empresas, o próprio Poder Público, eu quero até parabenizar o Governador, que desde o primeiro momento que nós sentamos ele falou: olha, vocês se entendendo, vendo o que é importante colocar na Lei eu estou de acordo. Então, todos os Presidentes de Sindicatos estiveram lá. Participamos de três, quatro reuniões, e inclusive, depois foi chamada as empresas para

participarem, também o Sindicato das Empresas para dialogar e surgiram umas dúvidas e até agora não foi criado um consenso para que isso fosse colocado no papel, mas eu acho que com certeza, acho não, tenho certeza, esse serviço a população não aceita mais tirar, a população já aprovou esse trabalho do taxi lotação e o serviço público, quer o quê? Atender o anseio da população, e nós políticos, seja Poder Executivo, Poder Legislativo, nós temos que chegar a um denominador comum, e fazer algo para regularizarmos o que existe. Não criar algo novo, o objetivo não é criar nada novo, mas sim manter o serviço que está dando certo. Além disso, como foi citado aqui pelo Presidente do Sindicato a questão de emprego, a questão de vocês, a vida de vocês, o mais importante ainda, é aprovação da opinião pública. A sociedade, hoje, se falar que vai tirar o taxi, querem saber por quê. Não está tirando espaço das empresas, cada um tem uma clientela, o mundo nasceu para todos. Hoje, os taxistas já criaram um jeito de trabalhar que a população aprovou, as empresas tem o jeito delas, tem o espaço delas, cada um tem o seu espaço, ninguém está tomando o espaço de ninguém. Então, quero me colocar a disposição naquilo que for importante, Deputado Luizinho, Vossa Excelência que está presidindo esta reunião.

Eu estive agora com os Prefeitos, e tem mais um Prefeito me aguardando para resolver um problema na Secretaria, mas quero me colocar a disposição. O Dr. Aparício tem se empenhado muito, e naquela época na Casa Civil, nós conversamos, mas precisa que todo mundo sente e fala: isso aqui vai contemplar o que existe. Então vamos aprovar, vamos efetivar uma coisa que já existe e que não tem volta. São essas minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Deputado Follador.

Com a palavra o Major Lisboa.

O SR. MAJOR LISBOA – Deputado Luizinho Goebel, Deputado Adelino Follador, os membros que compõem a Mesa, senhoras e senhores. Eu fui designado pelo Comando da Polícia Militar para estar presente a esta Audiência, pela posição que ocupo como Comandante da Especializada, a única Especializada na área de trânsito. Então, eu pensei que nós iríamos discutir o caráter técnico dessa proposta como eu vi, a proposta já está pronta pela PGE então torna até inócua qualquer observação de caráter técnico a respeito sobre a fiscalização ou não, a possibilidade ou não, isso com base no Código de Trânsito Brasileiro e nas Leis que regem esse tipo de serviço. Dizer que a Polícia Militar do Estado de Rondônia não é contra essa ou aquela categoria, pelo contrario, agora à medida que essa lei for regulamentada e que entendendo o Departamento Estadual de Trânsito e a Polícia Rodoviária Federal, ou o DNITE, que são os órgãos competentes, tanto pela rodovia Estadual, quanto pela rodovia Federal. Se entenderem que devem fazer um convênio com a Polícia Militar do Estado de Rondônia, estaremos prontos, Senhor Deputado, para auxiliar na fiscalização desse tipo de transporte, e garantir a todos os trabalhadores que a finalidade em si, não é perseguir ninguém, nem aplicar autuações em ninguém. Então colocamos aqui a minha

instituição, a Polícia Militar a disposição, desde que esses órgãos assim queiram fazer um convênio com a nossa instituição.

Eu agradeço.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado.

Então nossos companheiros, um tema importante que foi falado aqui é a questão das Leis dos municípios, e a categoria precisa andar unida, junto.

O problema do município de Nova Mamoré ou de Pimenteiras que é o menor do Estado ou o de Porto Velho que é o maior, é uma briga da categoria, como um todo. E bem disse aqui o Maurício: quando houver uma demanda, principalmente, muitas vezes uma ação de interesse pessoal ou política, os prefeitos, os vereadores estão aumentando o número de placas, todos, independente do município tem que estar unidos para limitar isso, senão em breve dias vai virar uma profissão que não vai valer a pena, porque financeiramente não vai compensar.

Então é esta a luta, e nós estaremos sempre juntos e a frente com vocês. Além disso, o meu Gabinete está à disposição para que se vocês entenderem que nós devemos fazer um estatuto para que contemple todos os municípios por igualdade, nós estaremos à disposição aqui juntamente com a minha assessoria jurídica, para que a gente trabalhe então nesse estatuto, para que todos os municípios tenham uma unificação da lei municipal, e nós vamos trabalhar a regulamentação nas Câmaras.

Nós, nessa audiência de hoje, juntamente com os Deputados, Follador, Maurão de Carvalho, Epifânia, Ribamar Araújo que estiveram presentes na Sessão, na semana que vem eu gostaria de convidar os Deputados para levarmos ao Governador o clamor da categoria. E de tudo aquilo que foi debatido aqui também não tirando o direito das demais categorias aqui representadas.

Outra questão interessante, e já tivemos debates fortes, que é em relação à regulamentação e a proteção aos nossos mototaxistas e até praticamente instituímos aqui, o Deputado dos mototaxistas.

Temos o interesse das empresas de transportes que naturalmente se quiserem vir a esta Casa colocar um Deputado, ou os Deputados para que defendam os seus direitos e essa bandeira, com certeza esses casos também estarão defendendo.

Mas eu quero dizer que eu empunhei a bandeira dos taxistas do Estado de Rondônia, e não tem braço forte nesse Estado que possa tirar essa bandeira das minhas mãos. Enquanto eu tiver mandato, o meu gabinete estará à disposição de fazer valer a Lei do nosso Estado e do Brasil. Mas também eu estarei aqui defendendo esta categoria, que eu entendo que é primordial pelo bem do povo do nosso Estado. Então, o meu gabinete também é o gabinete dos taxistas do Estado de Rondônia, não só por essa luta, mas por tudo aquilo que achar importante e necessário. Já falei ao Maurício, já falei ao Carlão, se amanhã ou depois precisar vir aqui e fazer um ofício, o meu gabinete está à disposição, se precisar vir aqui usar o telefone, o computador, o meu gabinete está à disposição, se amanhã precisar um socorro lá do interior do Estado para um

taxista nosso, o meu mandato, não é o gabinete, está à disposição. Hoje, nós temos um avião do Estado, Deputado Follador, um avião do Estado para de repente fazer os primeiros socorros para a população do nosso Estado. Tomara Deus que ninguém precise, mas se precisar eu também estarei à disposição para acionar essa aeronave para dar socorro aos trabalhadores, honrados trabalhadores, como eu ouvi aqui o relato do Chiquinho. É uma categoria honrada e eu quero fazer o meu mandato para honrar esses dignos trabalhadores do meu Estado.

Está encerrada a Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus, e num futuro muito breve nós estaremos mais uma vez aqui, comemorando a vitória não dos taxistas, mas do povo do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 41 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO – PT –
Requer a Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 23 de abril de 2014, às 15 horas, em homenagem ao Dia do Escoteiro.

O Parlamentar que o presente subscreve requer à Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 23 de abril de 2014 às 15 horas em comemoração ao Dia do Escoteiro.

JUSTIFICATIVA

Fundado por Lord Robert Baden-Powell, em 1907, é um movimento mundial, educacional, voluntariado, sem fins lucrativos. A sua proposta é o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornar-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. O escotismo se preocupa com o desenvolvimento integral dos jovens, complementando o esforço da família, da escola e de outras instituições.

O escotismo trabalha com o desenvolvimento do ser humano como um todo e de todos os seres humanos. O ser humano, homem e mulher, na plenitude de sua existência e na riqueza de suas semelhanças e diferenças. O ser humano em sua identidade singular e em sua cultura, sem distinção de origem social, raça e credo.

Educa para a liberdade e busca desenvolver a capacidade de pensar criativamente, mais do que a aquisição de conhecimentos ou habilidades específicas. Fortalece nos

jovens a vontade de optar por uma escala de valores que dê sustentação a suas vidas e agindo de forma coerente com essa opção. Caminha em busca de Deus e estimula o jovem a dar testemunho de sua fé, vivendo ou buscando a religião que a expresse.

Em Rondônia cuja sede regional se encontra nesta capital, Av. José Vieira Cahúla, nº 4.332, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, está organizada em grupos escoteiros em alguns municípios. Atualmente, o escotismo cresce exponencialmente. Esse crescimento reflete a realidade nacional, pois, ao final de 2012 foram registrados 76.677 associados, o maior efetivo dos últimos 40 anos da história dos Escoteiros do Brasil. Os Escoteiros do Brasil contam com representante no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDOA), no Conselho Nacional da Juventude, no Conselho Nacional de Portadores de necessidades Especiais. O movimento Escoteiro é a mais antiga ONG ambientalista do mundo, com mais de 220 países. Fundado em 1907, pelo lorde inglês Robert Baden Powell, chegou ao Brasil em 1908 e mantém até os dias atuais o fundamento de contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento. Em 2014 completamos 90 anos da criação da União dos Escoteiros do Brasil.

UNIÃO PARLAMENTAR ESCOTEIRA MUNDIAL (WSPU) é uma organização internacional que reúne as Uniões Parlamentares Escoteiras Nacionais, que já existem em mais de 100 países. Seus membros Parlamentares, Deputados e Senadores que trocam experiências, aprendem mais sobre o Escotismo e apoiam o Movimento Escoteiro em seus países. No Brasil a União Parlamentar Escoteira (UPEB), presidida pelo Senador Flávio Arns do Paraná, tem atuado buscando o apoio dos Governos Federal e Estaduais para as ações da UEB.

A União Parlamentar Escoteira do Brasil (UPEB) foi criada em 11 de setembro de 1999, em Porto Alegre/RS, por um grupo de 15 parlamentares dos sul do Brasil. A UPEB está ligada à União Parlamentar Escoteira Mundial, criada em Assembleia Constituinte em Seul, na Coreia do Sul, no dia sete de agosto de 1991.

O objetivo principal da UPEB é consolidar-se como uma associação de parlamentares que, compartilhando dos princípios e do ideal escoteiro, independente de partido ou origem, somam esforços para apoiar a União dos Escoteiros do Brasil (UEB) em todos os seus níveis, contribuindo para que o maior número possível de crianças e jovens possam usufruir a prática do Escotismo, o maior movimento da educação não formal do mundo.

A União Parlamentar Escoteira do Brasil (UPEB) congrega Parlamentares dos três níveis do Poder Legislativo que são simpatizantes das causas da juventude por intermédio do Movimento Escoteiro, com ideologia suprapartidária. Atualmente o presidente nacional da UPEB é o Senador Paraense Flávio Arns.

O Movimento Escoteiro se preocupa com o desenvolvimento integral e com a educação permanente dos jovens, complementando o esforço da família, da escola e de outras instituições e, diferentemente da opinião que se tenha do Movimento é uma organização que tem como princípio também acompanhar os avanços tecnológicos e programar isto aos seus métodos educativos.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Ribamar Araújo – PT

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES – PR – Indica à Presidência do Banco da Amazônia, com cópia para sua Superintendência em Rondônia, em caráter de urgência, que os produtores rurais afetados pelas alagações provocadas pelas enchentes do Rio Madeira sejam anistiados dos débitos constituídos através de financiamentos adquiridos junto a essa instituição financeira, assim como também, no pós enchente, refinanciá-los para que possam recuperar a sua produção agropecuária.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário na forma regimental, indica a presidência do Banco da Amazônia, com cópia para sua Superintendência em Rondônia, em caráter de urgência, que os produtores rurais afetados pelas alagações provocadas pelas enchentes do Rio Madeira, que ocasionaram sérios prejuízos aos ribeirinhos com a destruição de suas residências, estruturas rurais, lavouras e criações, sejam anistiados dos débitos constituídos através de financiamentos adquiridos junto a essa instituição financeira. Assim como também, no pós-enchente, refinanciá-los para que possa recuperar a sua produção agropecuária.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Há tempo não se presenciava uma enchente do Rio Madeira com tanta violência de suas águas, desalojando e desabrigando de seu convívio populações ribeirinhas, já tendo ultrapassado o último registro de enchente com grandes consequências, em 1997, quando o rio chegou a marca de 17m e 52cm, chegando atualmente aos 19m e 60cm. No ambiente rural, segundo “Relatório Situacional”, realizados pela empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia – EMATER/RO, Secretaria Municipais de Agropecuária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, até o dia 07 de março de 2014, dados levantados aprontaram que mais de 5.100 propriedades rurais foram afetadas com mais de 15.000 pessoas atingidas diretamente, principalmente na região do Território Madeira-Mamoré, compreendendo os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, de maneira que esses números hoje já devem ainda ser mais elevados.

Os prejuízos provocados aos produtores rurais ainda são incalculáveis, áreas recentemente cultivadas e em produção foram destruídas, milhares de animais domésticos entre bovinos, suínos, ovinos e aves pereceram, além de perderem os peixes criados em tanques escavados (piscicultura).

Nada mais justo, então, que a Diretoria, do Banco da Amazônia, conceda anistia aqueles produtores vitimados que foram financiados por essa instituição financeira, assim como também no período de pós-enchente, refinanciá-los para que possam recuperar a sua produção agropecuária.

Dessa maneira, solicitamos aos Nobres Pares especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das Deliberações, 2 de abril de 2014.
Dep. Luiz Cláudio Pereira Alves – PR

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN – Indica ao Governador do Estado de Rondônia com cópia para Secretaria Estadual de Saúde – SESAU a necessidade de readequação dos valores praticados por sessão de hemodiálise, reiterando indicação de nº 2014/2013 feita em 16/10/2013.

O Deputado que a este subscreve, nos termos regimentais indispensáveis, indica ao Governador do Estado de Rondônia c/c para Secretaria Estadual de Saúde – SESAU/RO, da necessidade de verificação dos valores praticados por sessão de hemodiálise.

JUSTIFICATIVA

A insuficiência renal crônica é resultado de lesões renais irreversíveis e progressivas provocadas por doenças que tornam o rim incapaz de realizar suas funções. Conforme a doença se agrava, vários são os comprometimentos desse paciente. Para quem faz hemodiálise a perspectiva de vida gira em torno de 5 anos, necessitando o transplante com urgência, o que apenas reforça a necessidade de melhoria das condições de acesso e prestação de serviços de nefrologia, provendo a melhoria na qualidade do atendimento aos usuários do Sistema de Saúde – SUS.

A Hemodiálise é um procedimento de diálise pelo sistema sanguíneo, onde o sangue é perfundido artificialmente por uma série de tubos e capilares (filtros) especialmente desenvolvidos para a retirada, “limpeza” e reintrodução de sangue no organismo. Tempo de execução: sessões de 02 a 05 horas, diárias ou intercaladas.

As ações de serviços de atenção à saúde, no âmbito do SUS, devem ser desenvolvidas em um conjunto de estabelecimento, organizada em rede regionalizada, voltada ao atendimento integral da sua população, com abrangência – municipal estadual e nacional.

A NOB/96 e a NOAS 01/2002, seguindo os princípios e diretrizes contidas na Carta Magna e na Lei nº 8.142/90, explicitam que os estabelecimentos do subsistema do SUS, podem ter suas ações desenvolvidas pelas unidades estatais (próprias, Estaduais ou Federais) ou privadas (contratadas, conveniadas, etc) e que estas têm que estar organizadas e coordenadas de modo que possa garantir o acesso e atendimento integral aos serviços de saúde.

O Ministério da Saúde definiu em diversas portaria o rol dos procedimentos de Alta complexidade, tanto ambulatoriais como hospitalares, que estão descritos nas portarias: nº 1101/2002, que estabelece os parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do SUS; nº 1168/GM/2004, que institui a Política Nacional de atenção ao Portador de doença renal e 211/2004 que determina que as Secretarias de Saúde adotem as providências necessárias para implantar as Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na Alta Complexidade e Resolução. Como também, a RDC 154/2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos Serviços de Diálise.

Aos municípios Polos competem entre outras, atender as ações de média e alta complexidade, tanto ambulatoriais como hospitalares.

Portanto doentes da: Capital, Candeias do Jamarý, Itapuã D'Oeste, Guajará Mirim e Nova Mamoré, são atendidas em Porto Velho; que agora também desempenha esse trabalho com os pacientes de Ariquemes, Alto Paraíso, Buriti, Cacaulândia, Campo Novo, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo.

Na cidade de Ji Paraná são prestados serviços de hemodiálise para doentes que residem em Jaru, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici, Theobroma, Vale do Anari, Gov. Jorge Teixeira, Vale do Paraíso, Teixeirópolis, Urupá, Mirante da Serra, Nova União, Alvorada D'Oeste, São Francisco, Costa Marques e Ji Paraná.

Em Cacoal, são atendidos pacientes de Ministro Andreazza, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe, Espigão D'Oeste, Rolim de Moura, Alta Floresta, Alto Alegre, Castanheira, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, Santa Luzia D'Oeste, Seringueiras, Parecis, São Miguel e a cidade de Cacoal.

No município de Vilhena, o serviço é prestado para pacientes de lá e Chupunguaia, Colorado D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras e Corumbiara.

Com a total dependência da máquina, o renal crônico se obriga a percorrer longas distâncias, ou trocar de domicílio para morar preferencialmente onde possa ter o seu atendimento efetivado, tendo assim, uma sobrevida maior e com melhor qualidade.

Ocorre que as clínicas de hemodiálise que atendem os doentes, estão enfrentando graves problemas econômicos-financeiros, devido à diferença dos valores pagos pela tabela SUS, e os custos operacionais, e ainda, em virtude dos constantes atrasos dos pagamentos, que não são efetuados na data devida. É evidente que esse problema repercute no atendimento aos pacientes de hemodiálise.

Uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas que vivem sob cuidados médicos, pode ser implementada por meio de complementação dos preços praticados pela tabela do SUS para os serviços de nefrologia, com recursos financeiros do Estado, como tem sido feito com outros serviços de saúde que precisam ser prestados por instituições privadas (cópias anexas), tais como:

Resolução nº 70/CIB/RO de 20.6.2013 – reajuste da diária dos leitos da UTI; Portaria nº 99/GABI/CIB/RO de 18.08.2010 – realização de exames de eletroneuromiografia, com tabela diferenciada da tabela do SUS; Portaria nº 17/GABI/CIB/RO de 25.03.2010 – aprovar valores complementares com recursos financeiros advindos do estado de Rondônia, na tabela do SUS, para procedimentos de Rádio imagem e Raios-X. Portaria nº 27/GAG/CIB/RO – de 25.6.2009 – Tabela de procedimentos cirúrgicos, com os valores complementares para atendimento na rede hospitalar privada.

Em virtude da gravidade da doença é uma situação emergencial. Os dados estão apresentados com minúcias no Projeto da Associação de Renais Crônicos e Transplantados de RO-ARRCT-RO (anexo).

Portanto, considerando os custos cada vez mais elevados dos procedimentos de diálise o que resulta no prejuízo da qualidade do tratamento dado aos pacientes renais crônicos, doença tão difícil de ser tratada, fica evidenciada a situação emergencial por que passam as clínicas prestadoras do serviço

de Terapia Renal Substitutiva, peço o apoio deste Parlamento na aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 2 de abril de 2014.
Dep. José Eurípedes Clemente – PTN

INDICAÇÃO DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA DA SILVA – PT – Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao DER, a estadualização do Travessão Suruí, que interliga Alvorada do Oeste a Mirante da Serra, acolhendo 11 linhas.

A Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia através do DER, a necessidade de estadualização do Travessão Suruí, que interliga Alvorada do Oeste a Mirante da Serra, acolhendo 11 linhas.

JUSTIFICATIVA

Apresentamos esta proposição solicitando a estadualização do Travessão de Suruí, localizado geograficamente no município de Alvorada do Oeste, estrada esta que acolhe 11 linhas e interliga o município de Mirante da Serra com Alvorada do Oeste.

Tal solicitação tem por objetivo a consolidação do progresso socioeconômico nas regiões de Alvorada do Oeste com Mirante da Serra, o trecho é recomendado em decorrência do clamor das comunidades que ali habitam.

A sua estadualização e consequente conservação pelo Governo do Estado, permitirá maior facilidade de acesso aos municípios vizinhos e às comunidades rurais constituídas por centenas de famílias que produzem tanto hortifrutigranjeiros como na área agrosilvopastoril, que trabalham promovendo o desenvolvimento daquela região.

É importante ressaltar que tal procedimento, levará uma melhor qualidade de vida e tranquilidade para as 2.000 (duas mil) pessoas que ali habitam, contribuindo para o desenvolvimento do Estado. Certa de que a presente proposição contará com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2014.
Dep. Epifânia Barbosa - PT

INDICAÇÃO DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA – PT - Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao DER, a necessidade de recuperação e asfaltamento da Rodovia 460, que liga os municípios de Buritis e Ariquemes.

A Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia através do DER, **a urgente necessidade de recuperação e asfaltamento da Rodovia 460, que liga os municípios de Buritis e Ariquemes.**

JUSTIFICATIVA

O município de Buritis foi criado pela Lei n. 649, de 27 de dezembro de 1995, situado na região Sul do Estado, surgiu

de um núcleo agropecuário, e seu nome deriva-se da denominação de uma ave da fauna da região de Chupim.

Para um município afastado do eixo principal do estado de Rondônia, a rodovia é o único meio para o transporte e escoamento da produção daquela localidade, além disso, trata-se também de uma questão de saúde e de manutenção de outros direitos básicos, já que dependemos de acesso a médicos, hospital e tantos outros serviços que não disponibilizamos no município.

Outro fator de grande relevância é o acesso à educação, por não termos Instituição de Ensino Superior na cidade, os alunos se deslocam diariamente para o município de Ariquemes com o objetivo de obter um curso superior. Em virtude das péssimas condições da rodovia os alunos são obrigados a se deslocarem uma hora antes do previsto, pois uma viagem que durava cerca de uma hora e meia está atualmente gastando cerca de duas horas e meia.

Aliado a tal fato, existe ainda um de maior importância, que é o índice de acidentes de trânsito, alguns registrados com vítimas fatais, posto que a quantidade de buracos e as falhas no asfalto colocam em risco a vida das pessoas que trafegam pela citada Rodovia.

Diante do exposto verifica-se a urgente necessidade de pavimentação asfáltica da Rodovia 460, que liga os municípios de Buritis e Ariquemes viabilizando assim, melhores condições de trafegabilidade de veículos, também oferecer mais segurança e população.

Certa de que a presente proposição contará com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 31 de Março de 2014.
Dep. Epifânia Barbosa – PT.

INDICAÇÃO DEPUTADO BRITO DO INCRA – PSD – Indica ao senhor Governador do Estado, com cópia ao Secretário Estadual de Saúde - SESAU, a necessidade de suprir algumas faltas do Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta no município de Pimenta Bueno-RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao Secretário Estadual de Saúde – SESAU a necessidade de atender algumas situações conforme documentos em anexo.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atendendo ao pedido ao ofício nº 16/2014 do Coordenador do Hospital e da população do município de Pimenta Bueno, venho através deste, indicar ao Senhor Governador que tome as devidas providências para que seja atendido o pedido que foi feito a este Parlamentar. Pois até o presente momento não tem condição de dar atendimento merecido aos moradores com a falta de equipamentos, servidores e medicamentos. Pedimos o apoio de vossa excelência para aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Brito do Incra – PSD

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do Diretor Geral do Departamento de Estradas de

Rodagem de Rondônia, a necessidade da recuperação da Rodovia 421, que liga a BR 364 ao município de Buritis.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER, solicitando a **RECUPERAÇÃO da RO-421**, que liga a BR 364 ao município de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A Rodovia 421, que liga a BR 364 ao município de Buritis, necessita com urgência de recuperação tendo em vista o período chuvoso e a intensa trafegabilidade.

A população tem encontrado muitas dificuldades, pois os transportes de suas produções agrícolas, pecuárias e hortifrutigranjeiros estão por demais prejudicados.

Ante o exposto, agradecemos o apoio dos nobres Deputados quanto a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Edvaldo Soares – PMDB.

REQUERIMENTO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB – Requer a Mesa Diretora, adiamento da Sessão designada para o dia 16/04/2014, às 16 horas, para o dia 29/04/2014 às 9 horas, com a finalidade de entrega do VOTO DE LOUVOR ao Senhor **Williames Pimentel**.

O Parlamentar que o presente subscreve, e em conformidade com o regimento interno, Requer a Mesa Diretora, adiamento da Sessão designada para o dia 16/04/2014, às 16 horas, para o dia 29/04/2014 às 9 horas, com a finalidade de entrega do VOTO DE LOUVOR ao Senhor **Williames Pimentel**.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN - Indica ao senhor Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Educação a construção de uma Escola na Vila Nova Samuel no município de Candeias do Jamari-RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao Secretario de Estado de Educação sobre a necessidade de Construção de uma Escola na Vila Nova Samuel no município de Candeias do Jamari-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

O atendimento desta solicitação, é de suma importância para esta comunidade, pois estaremos contemplando esse Distrito do município com uma escola Estadual, levando a essa comunidade o direito a Educação e a Cultura garantindo uma estrutura educacional para essa classe estudantil, contemplando assim famílias que visam à educação como alicerce para definir o futuro de seus filhos na sociedade.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 1º de abril de 2014.
Dep. Lebrão – PTN

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN - Indica ao Governador do Estado Dr. Confúcio Moura a reforma geral do Hospital de Pequeno Porte do município de Vale do Paraíso.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais indispensáveis, indica ao Governador do Estado de Rondônia Dr. Confúcio Moura a reforma geral do Hospital de Pequeno Porte do município de Vale do Paraíso.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender as estruturas do referido Hospital que necessita de reforma geral incluindo subestação, pois o mesmo não apresenta condições adequadas para atender aos pacientes.

Uma vez feita as reformas necessárias ira diminuir o risco de acidentes tanto na sua parte estrutural na parte elétrica.

Ante ao exposto, agradecemos o apoio dos nobres Deputados quanto à aprovação desta proposição.

Plenário das deliberações, 2 de abril de 2014.
Dep. Lebrão – PTN

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica a necessidade da criação de um Núcleo de Perícia Criminal no município de Jarú.

O parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Governo do Estado, com cópia a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC a necessidade da criação de um Núcleo de Perícia Criminal no município de Jarú.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento de todos que o Estado de Rondônia teve ao longo dos últimos 14 anos, um crescimento populacional sem igual, e as políticas estimularam o crescimento do agronegócio, resultando numa maior distribuição de renda e a ascensão da população aos bens de consumo. Esse desenvolvimento tem forçado o Estado a direcionar maiores investimentos para atender os serviços essenciais como a Educação, a Saúde e a Segurança Pública. Apesar dos investimentos feitos, as comunidades se resentem da ausência de alguns serviços da Segurança Pública.

A maior precariedade da Segurança Pública na região central é o serviço de perícia técnica criminal, cuja ausência tem ocasionado grandes morosidades no atendimento das ocorrências, causando descontentamentos e um clima de revolta na população, com o consequente desgaste da imagem do Poder Executivo Estadual. Destarte, a política de centralização desses serviços no município de Ariquemes, praticamente inviabiliza o atendimento às populações de municípios de Ouro Preto do Oeste, Jarú, Vale do Paraíso, Nova União, Teixeiraópolis, Mirante da Serra, Vale do Anari e Distritos como Tarilândia e outros.

É imperioso mencionar, que os serviços de perícia criminal não podem sofrer solução de continuidade e, buscando

uma solução satisfatória para aquela população, se faz necessário a criação do Núcleo de Perícia Criminal no município de Jarú, designando peritos criminais para atender e dar suporte a todas essas comunidades. Não resta dúvidas, senhores Deputados, que a implantação desse núcleo, certamente trará um desafogo para aquela população e, conseqüentemente revigorará a presença do Estado como guardião das políticas sociais.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Lebrão – PTN

INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - DEM - Indica ao Governo do Estado, com cópia a SEDUC, a necessidade da Climatização da Escola Paulo Freire no município de Itapuã D'Oeste – RO

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia a SEDUC, a necessidade da Climatização da Escola Paulo Freire, no município de Itapuã D'Oeste – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tal propositura se dá pelo fato que a clientela escolar vem sofrendo muito com o calor intenso nas salas de aulas, tendo que muitas vezes os professores levarem os alunos para fora das salas, atrapalhando o desempenho escolar, e agora com o término das chuvas a tendência é só piorar, sendo dever do Estado zelar pelo bem estar dos alunos e professores.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Adelino Follador – DEM

REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB - Requer a inclusão na Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 08/04/14, das Mensagens nºs 050, 061, 067 e 071 do Poder Executivo.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, requer a inclusão na Pauta da Ordem do Dia da Sessão do dia 08/04/14 das seguintes Mensagens do Poder Executivo com respectivos projetos:

Mens. Nº 050/2014, Projeto de Lei nº 1207 – Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 8.031.943,43 (oito milhões, trinta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos), em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

Mens. Nº 061/2014, Projeto de Lei n. 1214 – Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 18.063.650,74 (dezoito milhões, sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos), em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

Mens. Nº 067/2014, Projeto de Lei n. 1220 – Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 1.340.596,18 (hum milhão, trezentos e quarenta mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), em favor de Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

Mens. N. 071/2014, Projeto de Lei n. 1223 – Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 53.736.128,66 (cinquenta e três milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e seis), em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Justifica-se tal requerimento em virtude da extrema necessidade e efetivo andamento na viabilização da execução dos trabalhos das Secretarias e consequente desenvolvimento do estado de Rondônia, em prol do bem estar e melhor qualidade de vida de nosso povo.

Plenário das Deliberações, em 8 de abril de 2014.

Dep. Edson Martins – PMDB

2º Vice-Presidente da ALE/RO

INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM -

Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação do acesso Ariquemes a Machadinho D'Oeste, próximo à ponte do Rio da Onça a 70 km do município de Ariquemes-RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade da recuperação do acesso Ariquemes a Machadinho D'Oeste, próximo à ponte do Rio da Onça a 70 km de Ariquemes-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tal proposição se dá pelo fato que esta recuperação é de extrema necessidade e o mais breve possível, pois existem dois atoleiros enormes antes da ponte nos dois sentidos tanto de Ariquemes para Machadinho como de Machadinho para Ariquemes, podendo vir a comprometer a estrutura da ponte e também interromper o tráfego entre estes dois Municípios.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014 .

Dep. Adelino Follador – DEM

INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES

- PR - Indica ao Poder Executivo, com cópia para Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, para que adote providência no sentido de flexibilizar o prazo de pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as empresas que foram atingidas pelas enchentes do Rio Madeira e tiveram suas atividades paralisadas.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário na forma regimental, indica ao Poder Executivo de

Rondônia, com cópia para a Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, para que adote providência no sentido de flexibilizar o prazo de pagamento o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as empresas que tiveram suas atividades paralisadas pelas enchentes do Rio Madeira, de maneira que minimizem os prejuízos advindos pelos efeitos da ocorrência deste desastre natural, quando perderam suas mercadorias ou mesmo foram desalojadas de suas instalações ficando impedidos de atividade comercial.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

As alagações ocasionadas pelas enchentes do Rio Madeira tem causado sérios prejuízos para os Municípios atingidos, e consequentemente para muito de seus munícipes, quando mais de 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas foram afetadas diretamente: produtores rurais, ribeirinhos extrativistas, empresários e suas famílias. Em sua maioria perderam seus patrimônios, residências, instalações comerciais, utensílios e mercadorias, na área rural, além de materiais e estruturas físicas destruídas, a exemplo de insumos e agroindústrias, perderam também sua produção agropecuária.

Nesse sentido, visando minimizar prejuízos indicamos ao Poder Executivo, com cópia para Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, que sejam adotadas providências para que flexibilize o prazo de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das empresas que tiveram suas atividades paralisadas pelas enchentes do Rio Madeira, quando perderam suas mercadorias ou mesmo foram desalojadas de suas instalações, ficando sem alternativa para geração de renda, até mesmo para o sustento de sua família.

Desta maneira, solicitamos aos Senhores Deputados especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.

Dep. Luiz Cláudio Pereira Alves - PR

INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM –

Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação das pontes do Rio Santa Eliza e Rio Farofa no Travessão Ribeirinho do município de Campo Novo de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação das pontes do Rio Santa Eliza e Rio Farofa no Travessão Ribeirinho do município de Campo Novo de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tal proposição se dá pelo fato que esta recuperação dessas pontes do Travessão é de extrema necessidade, pois

se encontram em péssimo estado de conservação, deixando a qualquer momento a população daquela região isolada, sendo que depende deste acesso para escoação de produtos agrícolas, leite, gado de corte, piscicultura e também o transporte escolar.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Adelino Ângelo Follador – DEM

INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA – PT -

Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao DER, a necessidade de recuperação e reforma de ponte sob o Rio Paraíso, que liga o município de Vale do Paraíso ao Distrito Rondoninas.

A Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia através do DER, a necessidade de recuperação e reforma de ponte sob o Rio Paraíso, que liga o município de Vale do Paraíso ao Distrito Rondoninas.

JUSTIFICATIVA

O município de Vale do Paraíso, localizado na linha 200, às margens do Rio Paraíso, afluente do Rio Jaru, a 36 Km da cidade de Ouro Preto do Oeste e a 360 Km de Porto Velho, originou com o projeto Polo Norte, realizado pelo INCRA.

Para um município afastado do eixo principal do estado de Rondônia, a ponte sob o Rio Paraíso, localizada na BR 133, a 1 Km do município de Vale do Paraíso, atende por volta de três mil pessoas que transitam por ela diariamente, pois é um dos principais meios para o transporte daquela localidade, além disso, serve também para manutenção de outros direitos básicos, como escoamento de grãos da produção agrícola da região, transporte escolar para ir e vir à cidade, bem como eventuais emergências de saúde e outras que possa vir acontecer.

Diante o exposto verifica-se a urgente necessidade de reforma da ponte sob o Rio Paraíso, que liga o município de Vale do Paraíso ao Distrito de Rondoninas. Viabilizando assim, melhores condições de trafegabilidade de veículos, também oferecer mais segurança a população.

Certa de que a presente proposição contará com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 1º de abril de 2014.
Dep. Epifânia Barbosa – PT

INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO – PR – Indica a Diretoria Executiva da ELETROBRÁS DISTRIBUIDORA RONDÔNIA, a necessidade de conceder aos usuários que foram afetados pelas alagações provocadas pelas enchentes do Rio Madeira, do parcelamento de suas contas com prazos maiores para seu pagamento, em função dos graves prejuízos acarretados aos mesmos.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário na forma regimental, indica a Diretoria Executiva da ELETROBRÁS DISTRIBUIDORA RONDÔNIA, a necessidade de conceder aos usuários que foram afetados pelas alagações provocadas pelas enchentes do Rio Madeira, do parcelamento de suas contas com prazos maiores para seu pagamento, visando atenuar os seus prejuízos, tornando-se conveniente

lembrar que tais medidas já foram adotadas em outros estados, a exemplo de Minas Gerais, que criou uma série de medidas de apoio à população e empresas atingidas por desastres naturais.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Há tempos não se presenciava no Rio Madeira uma enchente com tanta violência de suas águas, desalojando e desabrigando de seu convívio milhares de pessoas, já tendo ultrapassado o último registro de enchente com grandes consequências, em 1997, quando o rio chegou a marca de 17m e 52cm, chegando atualmente aos 19m e 60cm. Os prejuízos causados segundo fontes noticiosas da capital já superaram a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), nesse contexto, a população sobremaneira é a mais prejudicada, com suas residências destruídas, em sua maioria perderam seus utensílios domésticos e produtos de onde tiravam sua sobrevivência.

Famílias inteiras estão sem perspectivas de retornar ao seu local de origem, são mais de 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas afetadas, em sua maioria com total insegurança sobre as suas condições de vida, nesse sentido o Poder Público, deve adotar medidas que lhes garanta o mínimo de dignidade, o que nos levou a propor a ELETROBRÁS DISTRIBUIDORA RONDÔNIA através da presente indicação o parcelamento de suas contas com prazos maiores para seu pagamento.

Desta maneira, solicitamos aos Nobres Pares especial atenção ao pleito, solicitando desde já sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.
Dep. Luiz Cláudio Pereira Alves – PR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA – Revoga a Lei Complementar nº 749, de 26 de julho de 2013, que “Acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29, revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 749, de 26 de julho de 2013, que “Acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29 revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar nº 749, de 26 de julho de 1996”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

Estamos propondo a revogação da Lei Complementar nº 749, de 26 de julho de 1996, em razão de que entendemos que a citação não-pessoal constitui-se uma afronta ao princípio constitucional da ampla defesa.

A citação tem duas modalidades: a real e a ficta. A real é feita diretamente ao responsável ou seu procurador legal. A ficta é a feita por edital, ou por hora-certa no processo civil, e, a por correio eletrônico no caso da Lei Complementar da qual propomos a revogação. Essa segunda modalidade admite prova

em contrário, pois não há certeza de que o responsável a recebeu, há tão somente uma presunção.

O art. 179 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quando fala das comunicações a serem feitas às partes do processo, especifica *in verbis* (grifo nosso):

“Art. 179. A citação, a audiência ou a notificação, bem como a comunicação de diligência e de rejeição de alegações de defesa, far-se-ão:

I – mediante ciência da parte, efetivada por servidor designado, por meio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação ao destinatário;

II – mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

III – por edital publicado nos órgãos oficiais, quando o seu destinatário não for localizado.

É importante que a comunicação processual se dê de forma adequada, evitando oferecer ao responsável oportunidade de se esquivar do processo, prolongando-o indevidamente.

Se por um lado, o ordenamento jurídico não deve dar proteção ao gestor de dinheiro público que aja de má-fé. Por outro, também não pode distinguir a priori o mau do bom gestor. Deve-lhe, pois, assegurar os direitos de ampla defesa e contraditório, constitucionalmente garantidos.

Embora a comunicação estritamente pessoal possa se revelar contrária ao interesse da coletividade, o contrário não deve afrontar os direitos constitucionais e interesses justos dos responsáveis.

Assim sendo, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares para aprovação de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 8 de abril de 2014.

Hermínio Coelho – Presidente da ALE/RO

Maurão de Carvalho – 1º Vice-Presidente

Edson Martins – 2º Vice-Presidente

José Lebrão – 1º Secretário

Glaucione Rodrigues – 2ª Secretária

Marcelino Tenório – 3º Secretário

Valdivino Tucura – 4º Secretário

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 00000417/2014-60

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE, torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II, do artigo 25 combinado com o inciso VI do artigo 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **SISTEMA EDUCACIONAL IRONI ANDRADE LTDA**, CNPJ nº 07.790.507/0001-35, com vistas à inscrição do servidor Francisco Rogério de Melo, no **Curso Português para Concurso, Produção e Interpretação de Texto e a Nova Lei Ortográfica**, que será realizado nos dias 05 à 09 de maio de 2014, nesta cidade,

no valor total de R\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais), conforme proposta constante nos autos.

Milton Neves de Oliveira

Superintendente de Compras e Licitações – ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II, do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 30 de abril de 2014.

Arildo Lopes da Silva

Secretário Geral – ALE/RO

SECRETARIA GERAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 00303/2014

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014/ALE-RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e encadernação de 50.000 (cinquenta mil) exemplares do “Manual de Orientação ao Eleitor- Eleições 2014”, a pedido do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações e exigências descritas no Termo de Referência.

Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 3.555/00, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, **HOMOLOGO** o resultado da presente licitação em favor da empresa: **GRAFF-NORTE GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 05.437.331/0001-07, no valor de R\$ 132.500,00 (Cento e trinta e dois mil e quinhentos reais), por estar em conformidade com as normas legais, em obediência à Lei Federal nº. 10.520/02, Resolução ALE 152/07, Decreto nº 3.555/00 e Lei nº. 8.666/93.

Porto Velho/RO, 05 de maio de 2014.

Arildo Lopes da Silva

SECRETÁRIO GERAL ALE/RO